

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

STÉPHANIE SOUZA DE LIMA

**A ESCOLA PÚBLICA E A SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO DE
FAMILIARES NA VIDA ESCOLAR DOS ESTUDANTES.**

**JAGUARÃO
2023**

STÉPHANIE SOUZA DE LIMA

**A ESCOLA PÚBLICA E A SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO DE
FAMILIARES NA VIDA ESCOLAR DOS ESTUDANTES.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Lucio Jorge Hammes

Linha de Pesquisa 2: Gestão das práticas docentes na diversidade cultural e territorial

**Jaguarão
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

L732e Lima, Stéphanie Souza de

A ESCOLA PÚBLICA E A SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA: UM
ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO DE FAMILIARES NA VIDA
ESCOLAR DOS ESTUDANTES. / Stéphanie Souza de Lima.

120 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2023.

"Orientação: Lucio Jorge Hammes".

1. Escola Pública. 2. Rede de Apoio. 3. Prevenção. 4.
Violência. 5. Cárcere. I. Título.

STÉPHANIE SOUZA DE LIMA

**A ESCOLA PÚBLICA E A SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO DE FAMILIARES NA VIDA
ESCOLAR DOS ESTUDANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada : 19/10/2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes
Orientador
(Unipampa)

Prof. Dr. Maurício Aires Vieira
(Unipampa)

Prof. Dr. Itamar Luís Hammes
(IFSUL)



Assinado eletronicamente por **LUCIO JORGE HAMMES, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 07/12/2023, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Itamar Luís Hammes, Usuário Externo**, em 07/12/2023, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MAURICIO AIRES VIEIRA, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 12/12/2023, às 20:30, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1247049** e o código CRC **D427CE0D**.

À minha filha, Beatriz, que foi em todo percurso fonte de inspiração e de força. Peço desculpas pelas inúmeras vezes que deixamos o brincar de lado para que eu pudesse me debruçar na escrita desta Dissertação, mas toda minha dedicação é por nós. Que de alguma forma eu possa ser exemplo para ti, como mãe, como mulher, como profissional, como estudante. Obrigada por todo teu amor e compreensão. Dedico a ti, minha pequena, esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela sabedoria e pela coragem de superação de todos os obstáculos que transpuseram no decorrer de toda essa etapa da minha vida.

À minha filha, Beatriz, que é minha motivação diária. Que sempre esteve ao meu lado, seja com um largo sorriso, um abraço quentinho ou uma palavra de amor.

À minha irmã, Kelly, que para mim é exemplo de determinação, que sempre me apoiou nas minhas decisões e que sempre acreditou no meu potencial.

À minha irmã, Greyce, que de alguma forma sempre me apoiou e que depositou em mim muita confiança.

Ao professor Lucio Jorge Hammes, por ter me dado a honra de ser sua orientanda. Pelos ensinamentos que me foram transmitidos, desde a graduação e que serão lembrados por toda a minha vida.

Aos meus amigos e familiares que, muitas vezes, com um simples olhar ou uma palavra, me incentivaram e nunca desistiram de mim quando eu mesma já o havia feito.

RESUMO

Esta Dissertação apresenta resultados de uma pesquisa-ação. O estudo versa acerca de como a realidade sociocultural de crianças e jovens com familiares encarcerados influenciam em suas escolhas e como a escola auxilia na prevenção e/ou diminuição da criminalidade rompendo o ciclo da violência. Como etapa inicial deste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com buscas de referencial teórico que aborde os conceitos de prevenção à violência, combate à criminalidade, escola, educação para a paz, estigma e encarceramento. No segundo momento foi realizado um levantamento nas escolas e delimitada a escola localizada na periferia do Município de Jaguarão, que foi objeto de pesquisa, com o intuito de identificar os estudantes que têm pais ou familiares encarcerados. Com base nestes dados foram realizadas entrevistas com os professores e equipe diretiva, com a qual se buscou identificar questões centrais da pesquisa: Como a escola percebe se realidade sociocultural de crianças e jovens com familiares presos influenciam em suas escolhas? Como a escola auxilia na prevenção da violência e diminuição da criminalidade? A escola possui atividades ou práticas que envolvem a inclusão destas crianças, no intuito de romper o preconceito e extinguir o estigma que carregam? Para a análise dos dados foi utilizada a análise textual qualitativa. A fundamentação teórica, os escritos dos Diários de Campo, a análise das entrevistas, possibilitaram o desenvolvimento de Círculos Reflexivos para discussões acerca de uma educação voltada para a não violência. Por fim, concluímos que a educação para a não-violência, deve contribuir de maneira eficaz para construirmos uma cultura de paz no âmbito escolar, que inclua de maneira eficiente as crianças que carregam o preconceito e estigma de alguma “herança da criminalidade”.

Palavras-chave: Educação. Escola. Prevenção. Violência.

ABSTRACT

This Dissertation presents results of an action research. The study focuses on how the sociocultural reality of children and young people with incarcerated family members influences their choices and how schools help prevent and/or reduce crime by breaking the cycle of violence. As an initial stage of this study, a bibliographical research was carried out searching for theoretical references that address the concepts of preventing violence, combating crime, school, education for peace, stigma and incarceration. In the second stage, a survey was carried out in schools and the school located on the outskirts of the Municipality of Jaguarão, which was the object of research, was delimited, with the aim of identifying students who have parents or family members in prison. Based on this data, interviews were carried out with teachers and management team, with which we sought to identify central research questions: How does the school perceive whether the sociocultural reality of children and young people with imprisoned family members influences their choices? How does school help prevent violence and reduce crime? Does the school have activities or practices that involve the inclusion of these children, with the aim of breaking prejudice and extinguishing the stigma they carry? Qualitative textual analysis was used to analyze the data. The theoretical foundation, the writings in the Field Diary, the analysis of the interviews, enabled the development of Reflective Circles for discussions about an education focused on non-violence. Finally, we conclude that education for non-violence must effectively contribute to building a culture of peace at school, which efficiently includes children who carry the prejudice and stigma of some “heritage of criminality”.

Keywords: Education. School. Prevention. Violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
BM – Brigada Militar
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CP – Código Penal
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
FAVENI – Faculdade Venda Nova do Imigrante
FURG – Universidade Federal de Rio Grande
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL – Instituto Federal Sul Riograndense
INFOPEN – Sistema Nacional de Informações Penitenciárias
LEP – Lei de Execuções Penais
MEC – Ministério da Educação
PL – Projeto de Lei
PPP – Projeto Político Pedagógico
PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação
PROERD – Programa de Prevenção às Drogas e a Violência
PEJ – Presídio Estadual de Jaguarão
PERG – Penitenciária Estadual de Rio Grande
PIM – Primeira Infância Melhor
PNE – Plano Nacional de Educação
RAE – Rede de Apoio Escolar
RE – Regimento Escolar
RS – Rio Grande do Sul
SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto
SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Participantes da pesquisa	25
Quadro 2: Alunos com familiares encarcerados	54
Quadro 3: Relacionamento Professor/Aluno – Aluno/Aluno	55
Quadro 4: Influências / Reflexos do encarceramento	59
Quadro 5: Apto/ Capacitado para discutir a temática	63
Quadro 6: Importância da Escola como ferramenta	66
Quadro 7: Contribuições no debate sobre PPP	72
Quadro 8: Contribuições no debate sobre formação continuada	77
Quadro 9: Contribuições no debate sobre importância da família	83

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Grau de Escolaridade dos presos PEJ	29
Gráfico 2: Faixa etária dos presos do PEJ	30
Gráfico 3: Tipificação penal dos presos PEJ	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 A Formação da Pesquisadora: experiência e atuação	15
2. METODOLOGIA E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	19
2.1 O caminho metodológico.....	21
2.2 INSTRUMENTOS.....	22
2.2.1 Entrevista	22
2.2.2 Diário de campo	24
2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	24
3. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO	26
3.1 O município	26
3.2 A escola	27
3.3 O presídio.....	28
4. DIAGNÓSTICO	33
4.1 Analisando o Contexto	33
4.1 Análise do PPP e Regimento Escolar.....	34
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	40
5.1 Conceituando Prisão/cárcere	40
5.2 Entendendo do Execução Penal	42
5.3 Reflexos do Cárcere/Prisão	43
5.3.1 Estigmatização	44
5.4 Reprodução da Violência/Criminalidade	46
6 EDUCAÇÃO PARA A PAZ	48
6.1 Rompendo Ciclos	50
6.2 Educar para não criminalizar	51
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	54
8. DESCRIÇÃO E TRANSCRIÇÃO DOS CÍRCULOS.....	71
8.1 Projeto Político Pedagógico – Uma proposta para a não-violência...72	
8.2 Formação Continuada – Possibilidades de qualificação	77
8.3 Importância da Família - Busca pela conscientização	83
9. ESCOLA COMO FERRAMENTA	90

9.1 Um caminho possível	91
9.2 Importância da RAE	94
9.3 Lei nº 7.238 – Uma nova possibilidade para a Educação	97
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXOS	109

“E há que se cuidar do broto
Para que a vida nos dê flor e fruto”
(Milton Nascimento)

1. INTRODUÇÃO

Esta Dissertação traz resultados da pesquisa que propunha analisar o impacto do encarceramento de familiares na vida dos estudantes do Ensino Fundamental. Especificamente, busca compreender as diferentes percepções que estudantes possuem sobre o cumprimento de pena de um familiar, destacando diferentes interpretações acerca da realidade social, da prisão ou do crime. E estas percepções marcam a infância e refletem no seu desenvolvimento e construção de infância. Nesse sentido, se faz necessário ressignificar os efeitos dessa experiência à luz dos estudos da área da educação.

O Diário de Campo (2023) que traz observações da pesquisadora, enquanto Agente Penitenciária da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE-RS), tomando por base situações decorrentes do cotidiano, explanadas no contexto, principalmente, em relação às visitas de crianças aos familiares presos.

Autores como Miyashiro (2006) observam que a família, na maioria dos casos concentra a sua atenção naquele que está encarcerado, deixando de se preocupar com a criança, tanto na escola, como fora dela. Dados do Diário de Campo (2023) revelam que algumas crianças que possuem familiares encarcerados sofrem estigma social, que pode desestabilizar emocionalmente e desestruturar social e psicologicamente estas crianças. Desta observação inicial surgem indagações que serão foco de pesquisa e objetivos específicos: A escola tem conhecimento das crianças que possuem familiares cumprindo pena? Como a escola acolhe estas crianças? Como veem e são vistas socialmente? Quais as principais dificuldades que enfrentam na escola?

Partindo da escola, como meio de aproximação e análise da interação da criança em outro ambiente fora da família, busca-se como objetivo geral verificar como o encarceramento dos familiares influencia no desempenho escolar, como se dá o relacionamento das crianças com os professores e com as demais crianças na sala de aula e nos espaços coletivos da escola, e qual a visão dos professores e da direção da escola sobre as crianças pesquisadas.

Querer uma educar para a não violência pode ser temática debatida no ambiente familiar, no espaço educativo, dentro de cada bairro, enfim, em

qualquer lugar, sendo este formal ou informal. No entanto, percebe-se que apenas querer não irá resolver. É necessário buscar estratégias viáveis que possam vir a colaborar na desconstrução da cultura da violência, rompendo o ciclo da criminalidade que algumas crianças estão expostas.

A força transformadora da educação, contudo, vai muito além: ambienta-se no espaço escolar como projeção das experiências relacionais entre alunos, pais e educadores, e desta comunidade escolar com o mundo em seu entorno. São essas experiências e vivências diárias que permitem perceber o lugar do outro, a existência de limites - por vezes afrouxados no trato familiar -, e a tolerância com aquele que não espelha nem compartilha dos mesmos valores e gostos.

Para a realização deste trabalho propõe-se conceituar o tema prisão e as consequências na vida escolar das crianças com familiares encarcerados. A análise documental prevê uma discussão sobre educação, violência e prevenção para que se possa refletir o quanto que a prisão agrava a situação de estigma e de exclusão dessas crianças, aumentando a sua situação de vulnerabilidade social.

Segundo Miyashiro (2006) o discurso anti-violência passado pela escola não pode entrar em conflito com a realidade vivenciada pela criança. Neste sentido, pretende-se que os caminhos que forem trilhados permaneçam para além da pesquisa ação, que possam ser transformados ou ajustados para se tornarem permanentes na escola respeitando a realidade de cada criança. Pois observa-se que a forma aplicada nas prevenções no combate à criminalidade nos moldes atuais não há interesse em conhecer as causas da violência e do aumento da criminalidade, tampouco se busca uma forma a longo prazo e eficaz a fim de combater.

Partindo das questões que precisam ser refletidas, esta Dissertação traz alguns pontos para discussões sobre como pode ser construído, pensando em dinâmicas e ações que envolvam os alunos, professores, pais e comunidade escolar, bem como oportunizando momentos de formação e diálogo entre os profissionais da escola visando ações que envolvam a cultura de paz e da não violência.

Esta Dissertação está dividido em nove partes, além desta introdução: na primeira parte descrevo a minha trajetória profissional e acadêmica,

ressaltando a importância de nos mantermos atualizados e em constante aprendizado. Logo, trago os procedimentos metodológicos aplicados no desenvolvimento da pesquisa realizada. A terceira parte refere-se à caracterização do contexto ao qual é desenvolvida a pesquisa, descrevendo um pouco sobre a cidade, a escola e o presídio citados na Dissertação. A quarta parte apresenta o diagnóstico, incluindo a análise do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar. A quinta parte traz o Referencial Teórico, abordando o conceito de prisão/cárcere e seus reflexos. A sexta parte trata da educação para a paz. A sétima parte aborda análise e discussão dos resultados das entrevistas e a oitava parte a descrição dos círculos. A nova parte busca uma análise da escola como ferramenta. Por fim, as considerações finais.

1.1 A formação acadêmica e experiência profissional

Iniciei minha trajetória acadêmica em 2006. Foi a realização de um desejo. Neste ano que prestei vestibular para o curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, em Jaguarão.

Estudar era algo que gostava de fazer. Recordo-me que sempre gostava de ler. Pegava livros na biblioteca da escola com frequência. Gostava de ganhar livros, pois gosto do cheiro de livro novo. Nunca gostava de brincar de professora, também nunca foi um sonho ser professora. Mas para ajudar nas despesas da casa, aos 16 anos comecei a dar aulas particulares. Tive vários alunos, os quais dava aulas de matemática para ensino fundamental.

No meu último do Ensino Médio, me inscrevi no CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), através da Prefeitura Municipal de Jaguarão e fui chamada para trabalhar no PIM – Primeira Infância Melhor.

O PIM é política pública de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. Os atendimentos do PIM ocorrem por meio de visitas domiciliares e atividades realizados periodicamente a famílias com gestantes e crianças menores de seis anos. Buscam desenvolver conhecimentos de saúde, educação, cultura e desenvolvimento social e utilizam a ludicidade como uma abordagem que incorpora brincadeiras e jogos e valoriza o potencial brincante das crianças e famílias nos processos de ensino e aprendizagem.

Enquanto trabalhadora no PIM, na função de Visitadora, atendia crianças dos bairros Bela Vista, Vila Branca, Patacão e Carvalho, bairros de famílias mais carentes, em situação de risco e vulnerabilidade social. No PIM, buscava reduzir desigualdades, oportunizava diálogos com as famílias, no intuito de construir processos de busca pela ampliação da cidadania e de direitos na primeira infância.

Sempre fui bem recebida nas casas que atendia as famílias. As crianças me esperavam ansiosas. Algumas delas não possuíam jogos e quando eu levava os jogos que construíamos na Sede, era uma grande felicidade para elas. O programa, PIM¹, buscava promover o fortalecimento da parentalidade positiva, pois a proposta era que os pais realizassem as atividades com as crianças; a ampliação de anos de estudo pois de alguma forma as crianças se sentiam motivadas a aprender, além de promover a redução das violências, das desigualdades e a ruptura dos ciclos de pobreza. Pois além de atividades lúdicas para as crianças, levávamos informações de caráter social para estas famílias carentes, que eram carentes principalmente de atenção e oportunidades.

Quando a UNIPAMPA veio para Jaguarão vi uma oportunidade de poder cursar uma graduação e em uma Universidade Federal. Não hesitei e prestei o vestibular. Era um sonho que estava prestes a se tornar realidade: cursar o Ensino Superior. Consegui ser aprovada no curso de Pedagogia, porém não concluí dentro do tempo esperado, ou seja, quatro anos, pois fui aprovada em Concurso Público, para a Brigada Militar, sendo nomeada em 2009. Em outubro de 2009, fui para Porto Alegre para o Curso Básico de Formação Policial Militar. Tive que trancar a graduação. Porém nunca desisti de terminar o curso, retornei para Jaguarão em 2011, e em 2012, enfim, concluí o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

No ano seguinte, cursei Especialização em Educação Ambiental na UNIPAMPA, campus Jaguarão. Tendo em vista ser uma das primeiras Especializações a serem ofertadas pela UNIPAMPA, e ser uma temática que me chamava atenção, optei por realizar o artigo final do Curso sobre Projeto

¹ PIM: Disponível em: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/o-pim/o-que-e/> Acesso em 15 dez 2022.

Patrulheiro Ambiental da Brigada Militar, pois buscava unir meu conhecimento acadêmico com o profissional.

Enquanto Policial Militar fui Instrutora do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) que tem como ênfase a prevenção ao uso de drogas, mostrando ao estudante como se manter longe de más companhias, formas de evitar a violência e comportamentos agressivos. Bem como o *Bullying*, que foi muito debatido com os meus alunos, visto que alguns deles sofriam e outros praticavam. Buscava também trabalhar com eles a resolução de conflitos, através de dinâmicas de diálogo e da não-violência.

Quando a UNIPAMPA ofertou uma nova especialização, novamente quis caminhar pelos corredores da universidade. Então, selecionada, iniciei a Especialização em Psicopedagogia Institucional. Um curso muito gratificante, que realmente me fez refletir sobre a educação, sobre a teoria e a prática pedagógica. Do mesmo modo, buscando unir minha prática profissional no PROERD através das situações que vivenciei em sala de aula, realizei o artigo final do curso sobre o tema *Bullying* e as consequências no ensino e aprendizagem.

Em busca de melhor qualidade de vida, segui estudando para concursos públicos. Mas, na área da segurança pública me vi realizada profissionalmente. Em 2014 fui aprovada e nomeada para o cargo de Agente Penitenciária na SUSEPE - Superintendência dos Serviços Penitenciários. Fui novamente para Porto Alegre para o curso de formação e após quatro meses de curso fui lotada na Penitenciária Regional de Caxias do Sul. Em 2016, retornei para minha cidade, Jaguarão.

Sempre tive interesse pelos estudos, no entanto segui me aperfeiçoando, mas em especializações voltadas para minha profissão. Por isso, fiz especialização em Direito Penal – FAVENI, especialista em Assistência Jurídica e Segurança Pública – FAVENI, Especialista em Inteligência Prisional - FAVENI, especialista em Gestão Prisional - FAVENI e Master in Business Administration (MBA) em Gestão Pública pela Faculdade Dom Alberto/ FAVENI.

Esta pesquisa para o mestrado emergiu da observação enquanto Policial Penal da SUSEPE desde 2014, atualmente lotada no Presídio Estadual de Jaguarão. Tomando por situações cotidianas, em relação às visitas de

familiares e filhos aos presos. Por isso, decidi escrever o projeto de pesquisa e me inscrever na seleção em 2021. Como mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), tendo novas vivências, diretamente relacionadas com a educação e me aperfeiçoando como pesquisadora, buscando relacionar minha experiência profissional, de 13 anos na área da segurança pública, com o conhecimento acadêmico.

Como pesquisadora, pedagoga e profissional da área da segurança pública, constato a necessidade de buscar novas abordagens para poder contribuir com a educação, através das teorias auxiliar na superação do ciclo da violência através de uma educação voltada para a paz, pois acredito na escola pública como ferramenta fundamental para romper este ciclo.

2 METODOLOGIA E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que busca compreender como o encarceramento de familiares impacta no desempenho escolar dos estudantes. O estudo foi realizado através de entrevistas, desenvolvidas junto aos professores de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental no município de Jaguarão/RS e acompanhado de relatos em diário de campo.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com fatos da sociedade que estão centrados na interpretação e explicação da dinâmica das relações sociais. Nessa configuração, segundo Minayo (2010), a abordagem qualitativa remete ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2010), proporciona a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado de uma sociedade, tendo-se respeito pela diversidade existente.

Fazendo esta leitura, fez-se necessário relacionar a pesquisa qualitativa ao ambiente do pesquisador, cujos dados são descritivos, sendo obtidos de diferentes formas, como entrevista, vídeos, notas de campo, dentre outros. Ao focar no processo, mais do que no produto, o “interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas” (LÜDKE, ANDRÉ, 2018, p. 13).

A pesquisa de cunho qualitativo tem seu foco de interesse voltado para o indivíduo e para suas relações e interações com o ambiente. Com isso, temos um método que se debruça com as formas de percepção do mundo, de comunicação, de autoconhecimento e de conhecimento dos problemas humanos. Trata-se de um método, como disse Bogdan e Biklen (1994), em que o investigador interpreta o mundo com base nas interações, assim como constrói significados através de interações e partilha de experiências. Para esses autores, cabe ao investigador construir conhecimento e não o de dar opiniões sobre determinado contexto ou fenômeno. Como forma de superar

esse limite, o investigador qualitativo tenta reconhecer e confrontar as suas opiniões próprias e preconceitos, como forma de lidar com eles.

Percebendo a configuração da abordagem qualitativa e sua articulação no universo da pesquisa científica, tipos de pesquisas, instrumentos e técnicas de análise de dados são articulados com tal abordagem. Como recorte, optamos nesse estudo pela técnica de análise de dados, a Análise de Conteúdo defendida por Laurence Bardin.

A análise de conteúdo foi utilizada com o intuito de descrever e de interpretar o conteúdo de textos e documentos, ajudando a compreender as mensagens e a atingir seus significados num nível especial no processamento de dados científicos. De acordo com a Bardin (2011), a primeira atividade consiste: em estabelecer contato com os documentos, a analisar e a conhecer o texto; a segunda: na escolha do universo dos registros, partindo do processo de codificação dos dados; a terceira: na formulação de uma hipótese (uma afirmação provisória) que nos propomos a confirmar ou refutar), recorrendo aos procedimentos da análise, e a elaboração de objetivos que nortearão o desenvolver da pesquisa; a quarta: em fornecer indícios da mensagem, do conteúdo e dos elementos que asseguram os índices previamente estabelecidos; e a quinta: trata-se da edição do material de maneira formal.

A fase da exploração do material é a etapa mais longa e cansativa, pois “consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2011, p.101), e é nela que são efetivadas as decisões tomadas na pré-análise e é o momento em que os dados coletados são transformados e organizados em unidades, que devem permitir a descrição das características mais pertinentes do conteúdo analisado.

Já a última fase, a de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, consiste no tratamento dos resultados brutos, que devem ser tratados de maneira significativa e válida, permitindo a elaboração de tabelas, quadros, diagramas, figuras e modelos que condensam e destacam as informações fornecidas para análise.

De acordo com Gil (2002), na realização da análise destes dados são utilizadas diferentes estratégias, como o emparelhamento, “que consiste em associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de

compará-los” (p. 90), no qual o pesquisador pode verificar se há correspondência entre os dados analisados e a construção teórica. Ainda, de acordo com o autor, “outra estratégia é a da construção interativa de uma explicação, que não requer modelo teórico prévio” (p. 90), sendo o processo de análise e de interpretação interativos, onde o pesquisador deve examinar as unidades e as interrelações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram. Nesta fase de interpretação dos dados, o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, dando sentido à interpretação, buscando retratar os significados das palavras, e o que se esconde sob os documentos selecionados. Assim, podemos refletir que a análise de conteúdo é uma metodologia de leitura profunda, que permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo, indo além da leitura aparente.

2.1 O caminho metodológico

Como etapa inicial deste estudo, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica com buscas de referencial teórico que aborde os conceitos de prevenção à violência, combate à criminalidade, escola, educação para a paz, estigma e encarceramento. A pesquisa bibliográfica se refere ao levantamento da “bibliografia que tenha relação com o tema em estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (LAKATOS, 1986, p. 166-167). Em seguida será realizado fichamento constituindo uma coletânea temática.

No segundo momento foi realizado um levantamento nas escolas de ensino fundamental localizadas na periferia do Município de Jaguarão, com o intuito de identificar os estudantes que têm pais ou familiares encarcerados. Com base nestes dados serão realizadas entrevistas com os professores, onde se buscará identificar: Como a escola percebe se realidade sociocultural de crianças e jovens com familiares presos influenciam em suas escolhas? Como a escola auxilia na prevenção da violência e diminuição da criminalidade? Se a escola possui atividades ou práticas que envolvem a inclusão destas crianças, no intuito de romper o preconceito e extinguir o estigma que carregam?

A fundamentação teórica, a entrevista com a direção da escola e professores bem como as discussões nos Círculo de Estudos com os

professores, constituíram elementos imprescindíveis para um diálogo reflexivo acerca de uma educação voltada para a não violência, que inclua de maneira eficiente as crianças que carregam o preconceito e estigma de uma “herança da criminalidade”.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa poderá orientar pesquisas futuras relacionadas a uma política educacional que respeite a realidade sociocultural de cada criança. Uma vez que se percebe que a bibliografia sobre ciclo da violência com filhos/familiares de encarcerados ainda é escassa.

2.2 Instrumentos da coleta de dados

Os dados da pesquisa foram coletados através de entrevistas, que se constituem dados primários, acompanhados por anotações em diário de campo, referente as observações da pesquisadora em cada visita na Escola.

A coleta de dados secundária acontece também durante o desenvolvimento dos círculos de estudos, através da observação que conforme citam Ludke e Menga: para que se torne um instrumento válido de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador (LUDKE e MENGA,1986).

2.2.1 Entrevistas

A coleta dos dados iniciais foi realizada por meio de entrevistas realizadas com os professores, onde se buscou identificar: Como a escola percebe se realidade sociocultural de crianças e jovens com familiares presos influenciam em suas escolhas? Como a escola auxilia na prevenção da violência e diminuição da criminalidade? Se a escola possui atividades ou práticas que envolvem a inclusão destas crianças, no intuito de romper o preconceito e extinguir o estigma que carregam? As discussões sobre escola como ferramenta para romper o ciclo da violência desse estudo foram apoiadas em Paulo Freire, para quem a educação não pode deixar de ser crítica e disfarçar as realidades sociais, mas oportunizar que os oprimidos sejam ativos na construção da cultura de paz, tendo em vista um mundo não violento.

A entrevista é um recurso que auxilia na coleta de dados, através dela se obtém uma visão dos participantes da intervenção, uma mostra da realidade percebida por eles. A entrevista segundo Ludke e Menga 1986:

Ao lado da observação representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, dentro da perspectiva de pesquisa, ela desempenha importante papel, não apenas nas atividades científicas, como em muitas outras atividades humanas. (LUDKE e MENGA, 1986, p.31)

A análise apresenta os dados das dez entrevistas realizadas com os professores da Escola. As entrevistas foram gravadas e transcritas. As respostas por vezes se contrapõem ao observado durante a escrita dos diários de campo, e análise dos documentos da escola.

Bogdan e Bikten (1994 p.31) também ressaltam as vantagens da entrevista: em investigação qualitativa, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem construir a estratégia dominante para a escolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas. Segundo Bauer e Gaskell (2002 p.448), a compreensão em maior profundidade oferecida pela entrevista qualitativa pode fornecer informação contextual valiosa para explicar alguns achados específicos, tanto da situação investigada, como dos professores destes alunos, quanto da postura da direção da escola referente a situação.

As questões das entrevistas foram preparadas em função do objetivo da pesquisa - investigar como o encarceramento dos familiares influencia no desempenho escolar dos alunos, como se dá o relacionamento destas crianças com os professores e com as demais crianças na sala de aula e nos espaços coletivos da escola, e qual a visão dos professores e da direção da escola sobre estas crianças - com a participação dos professores da escola (que trabalham em sala de aula com os alunos que possuem familiares encarcerados), a direção da escola, bem como a equipe multidisciplinar que escola possui (orientadora e supervisora).

Os dados das entrevistas foram organizados em quatro grandes temáticas de modo a expressar de forma organizada. As temáticas foram as seguintes: - Relacionamento Professor x Aluno; - Relacionamento Aluno x Aluno; - Influências/Reflexos do encarceramento de familiares na vida escolar

(Comportamentos e Escolhas); - Importância da escola como ferramenta para romper o ciclo da violência; - Apto/capacitado (a) para discutir a temática sobre violência e criminalidade.

2.2.2 Diário de Campo

O Diário de Campo também foi um instrumento de registro de pesquisa. O Diário de Campo é um “excelente instrumento de sistematização da práxis profissional e da investigação da realidade social, dada a possibilidade de interlocução entre prática e teoria, da consolidação de uma postura investigativa” (COSTA; GUINDANI, 2012, p. 266).

De acordo com Minayo (1994), com este instrumento podemos recorrer em qualquer momento a rotina de trabalho que estamos realizando. No diário de campo, transcrevemos todas as manifestações (verbais, ações, atitudes, entre outras.) dos sujeitos envolvidos e registramos as reflexões da pesquisadora, como parte do processo de coleta e análise de informações.

No processo de desenvolvimento da pesquisa o Diário de Campo foi companhia inseparável, contendo anotações sobre as visitas, as organizações, observações e impressões diversas. Conforme Alves-Mazzotti, (2002, p. 164) “a observação de fatos, comportamentos e cenários é extremamente valorizada pelas pesquisas qualitativas”, permitindo, dentre outras, “checar” a sinceridade das respostas, identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir.

Estas anotações realizadas no diário de campo, sejam elas referentes à pesquisa ou a anotações sobre as entrevistas, podem ser entendidas como todo o processo de coleta e análise de informações, isto é, compreendem a situação em estudo e servirá para o registro de situações relevantes que possam vir a ocorrer durante os círculos de estudos.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Fizeram parte, como sujeitos da pesquisa, 10 professores, aqui representados como entrevistados (E) da EMEF.

Quadro 1: Participantes da pesquisa

Participantes	Sexo
E1	Feminino
E2	Masculino
E3	Feminino
E4	Feminino
E5	Feminino
E6	Feminino
E7	Feminino
E8	Feminino
E9	Feminino
E10	Feminino

Fonte: Dados da Pesquisadora/2023

Dos dez entrevistados, quatro compõem a equipe diretiva e seis são professoras que trabalham em sala de aula diretamente com alunos que possuem familiares encarcerados.

Do conjunto de oito professores que inicialmente iriam participar, duas preferiram não participar, uma porque foi nomeada para exercer a função há pouco tempo e afirma desconhecer os alunos que possuem familiares encarcerados tendo dificuldade de responder as perguntas; outra não quis participar, pois afirma que não se sente à vontade ao falar sobre o assunto, visto que participou recentemente do Juri no julgamento de um ex-aluno. por ter participado na ação do crime de homicídio triplamente qualificado. Fato que lhe causou total desconforto, em ver um ex-aluno naquela situação e de certa forma ter participado de sua condenação. Devido a pesquisa em si ser realizada conforme voluntariedade dos professores, respeitamos a decisão das professoras em não participar.

3 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO

3.1 O município

O município de Jaguarão/RS está situado no extremo meridional do Brasil, na fronteira com a República Oriental do Uruguai. A cidade é reconhecida nacionalmente por seus sítios arquitetônicos, que constituem um acervo considerado sem similar em número e estado de conservação no Rio Grande do Sul. O município é visto pelo governo federal como alternativa de travessia internacional pelo rio Jaguarão. Situada a aproximadamente 380 km da capital gaúcha - Porto Alegre, a 145 km da cidade de Pelotas e cerca de 190 km da cidade de Rio Grande, o maior porto da Região Sul.

A área econômica do município é baseada na pecuária, agricultura com predominância do cultivo de arroz e soja, comércio diversificado e turismo. Sua área é de 2.054 km², uma população de aproximadamente 27.931 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo demográfico 2010².

A Rede Municipal de Ensino de Jaguarão é composta por 19 escolas municipais: 5 escolas localizadas em área rural e 14 escolas em área urbana, sendo 7 escolas de Ensino Fundamental e 7 escolas de Educação Infantil.

A cidade conta com um campus da UNIPAMPA para que a comunidade possa permanecer em sua região. A UNIPAMPA busca impulsionar o progresso da região com destaque ao desenvolvimento social, cultural e econômico. O município é mantenedor do Polo da UAB – Universidade Aberta do Brasil. Além disso, possui o Campus avançado do IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, sendo o Polo da UAB e o IFSul localizados em mesmo endereço.

² IBGE. Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/historico>. Acesso em 15 jul 2023.

3.2 A escola

A Escola Municipal de Ensino Fundamental, onde foi realizada a pesquisa, é uma instituição pública educacional do Município de Jaguarão/RS, está localizada na zona urbana, área periférica da cidade.

Esta escola funciona nos turnos da manhã e da tarde e atende alunos do pré-escolar ao 9º ano, totalizando uma média de 125 alunos. Possui 7 salas de aula que comportam cerca de 15 alunos, sendo uma sala adequada à educação infantil com banheiro próprio, uma sala de professores, uma biblioteca, um laboratório de informática, secretaria, sala de direção, sala de supervisão, sala de orientação educacional, uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), três banheiros masculinos, um deles possui acessibilidade e três femininos sem acessibilidade, cozinha e refeitório, possui rampas de acessibilidade para os deficientes, possui quadra de esportes (sem cobertura) para a prática de Educação Física, existe uma praça para educação infantil.

As famílias que compõem a comunidade escolar pertencem às classes populares, 48% deles possuem Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família, que é o novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social e em sua maioria participam de forma satisfatória da vida escolar de seus filhos, integrando-se as atividades curriculares e extracurriculares propostas pela instituição, porém é observado que nos anos finais do Ensino Fundamental a participação da família não é satisfatória. Alguns familiares de alunos apresentam problemas de envolvimento com o crime, usuários de drogas, alguns estão presos, outros em prisão domiciliar, ou já passaram pelo sistema prisional.

A equipe gestora é composta pelo diretor, vice-diretora, supervisora pedagógica e orientadora educacional. No turno da manhã, há cinco turmas, uma de alfabetização (para alunos do terceiro ao quinto ano que estão em defasagem de aprendizagem), uma turma de 6º ano, uma turma de 7º ano,

uma turma de 8º ano e uma turma de 9º ano, no turno da tarde há seis turmas, um pré-escolar, uma turma de 1º ano, uma turma de 2º ano, uma turma de terceiro ano, uma turma de 4º ano e uma turma de 5º ano.

A escola oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE), na comunidade também há uma EMEI que atende as crianças menores de 5 (cinco) anos; um Posto de Saúde com atendimento médico e odontológico, possui a uma comunidade católica que tem um trabalho junto aos moradores do bairro, possui também Centro Espírita e alguns terreiros de matriz africana.

3.3 O presídio

O Presídio Estadual de Jaguarão (PEJ), instalado no Centro Histórico e ao lado da Ponte Internacional Mauá. O prédio com capacidade para 56 presos é o primeiro bem binacional tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)³ e Patrimônio Cultural do Mercosul. Hoje possui 86 presos recolhidos, porém já atingiu a marca de 154 presos, em 2019, quando foi interditado pela Vara de Execuções Criminais Regional de Pelotas. Quanto aos presos que têm ligação com organizações criminosas, estes são transferidos de imediato para algum presídio com maior segurança, visto que a estrutura do PEJ é precária.

O prédio histórico do século XIX, erguido em 1862 em estilo arquitetônico barroco e tombado como patrimônio nacional, possui amplas peças, hoje celas, que desaparecem em meio à superlotação. Triliches de madeira dividem espaço destinado a - no máximo - doze detentos, mas ocupado, em média, por 23 em cada uma das quatro celas. Lá, o cárcere não tem portões e sim grades, o que caracteriza ainda a precariedade do local. As grades são responsáveis pela entrada de luz e ar fresco nas quatro celas. Em dias frios, os presos costumam cobrir a cama, chamada “jéga”, pela linguagem do cárcere, com cobertores para evitar a entrada do ar gelado. Devido à falta de luminosidade e umidade do local, a proliferação de doenças é ainda maior.

Afinal, a desestruturação do sistema prisional causa o estigma da não reabilitação do preso diante deste ambiente, cujo fatores culminam para a

³ IPHAN. Dados disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1549/ponte-maua-em-jaguarao-rs-e-o-primeirobem-binacional-tombado-pelo-> Acesso em 07 mar 2023

precariedade do sistema prisional. A Lei de Execução Penal, por exemplo, estabelece, em seu art. 88, que o cumprimento de pena se dê em cela individual com área mínima de 6 metros quadrados, o que, como é sabido, não ocorre nas penitenciárias nacionais. Além disso, o art. 85 da LEP prevê que deve haver compatibilidade entre a estrutura física do presídio e a sua capacidade de lotação. E, devido a esta lotação de presos no sistema prisional brasileiro, dificulta cumprir o disposto no artigo 84 da LEP, que devido a infraestrutura, muitas vezes, não se consegue a separação dos presos considerados de alta periculosidade dos que cometeram crimes mais leves, fazendo assim, que ambos convivam.

O espaço do PEJ é insuficiente para comportar a quantidade de presos, como também a falta de agentes penitenciários e de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura para lidar com os presos é realidade. Quanto ao perfil dos presos, mais da metade dos presos possui o Ensino Fundamental incompleto representando 64% da população carcerária de Jaguarão. Em função da falta de infraestrutura, programas educacionais foram suspensos.

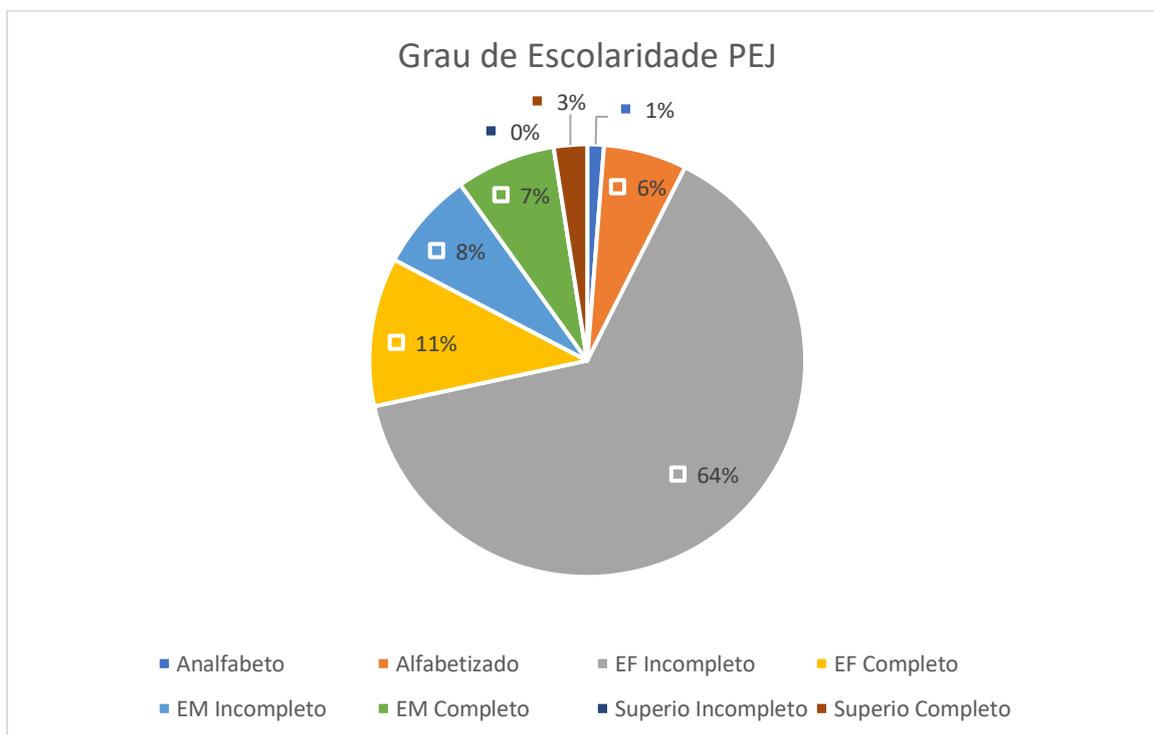


Gráfico 1 - Fonte: Sistema INFOPEN (Gráfico da pesquisadora)

Os presos recolhidos no PEJ, variam muito a idade de 18 até 70 anos, conforme dados do sistema INFOPEN com idades entre 18 e 29 anos representam 31% do total.

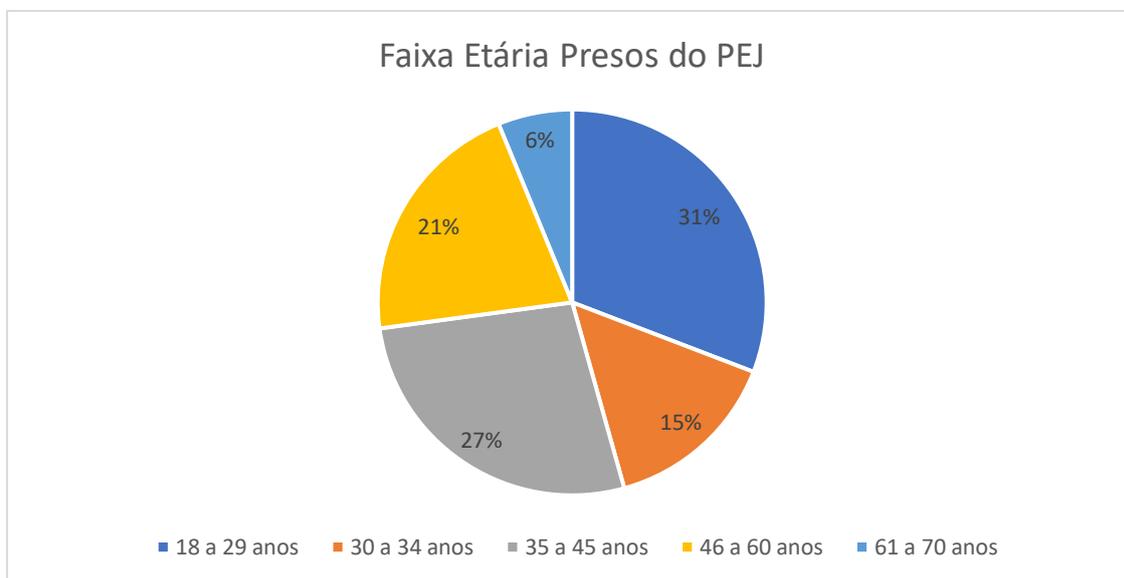


Gráfico 2 - Fonte: Sistema INFOPEN (Gráfico da pesquisadora)

Quanto á tipificação, dentre os crimes que predominam a incidência por tipo penal tem primeiro lugar os crimes relacionados às drogas (tráfico, associação ao tráfico e tráfico internacional), em segundo lugar os crimes contra a dignidade sexual (estupro), em terceiro lugar crimes contra o patrimônio (furtos, roubos e receptação) e em quarto lugar crimes contra pessoa (homicídio simples e qualificado), dentre outros crimes pouco comuns, contra a paz pública e crimes contra a administração pública.

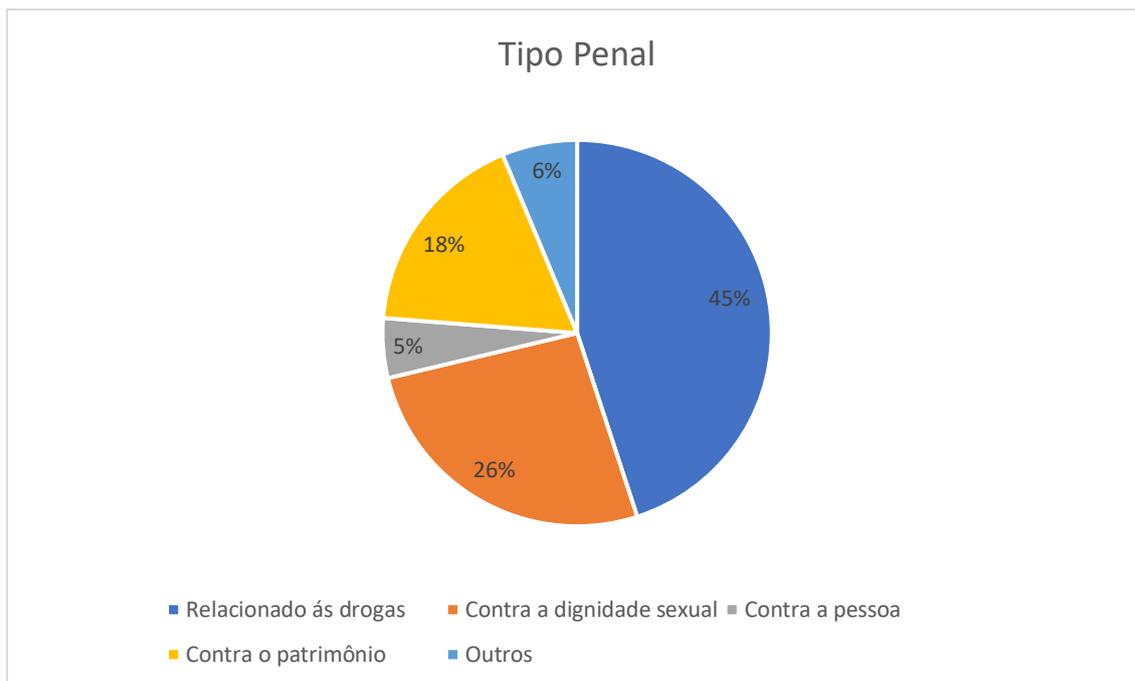


Gráfico 3 - Fonte: Sistema INFOPEN (Gráfico da pesquisadora)

Quanto à visitação de familiares, no PEJ as visitas de crianças (acima de um ano) e adolescentes são permitidas uma vez ao mês, sempre no último domingo de cada mês. Ao observar os presos e seus filhos no pátio durante o horário de visita, percebe-se que os pais brincam e interagem com seus filhos.

Conforme dito na parte introdutória desta dissertação, referente as situações do cotidiano, percebo que algumas crianças não querem entrar no presídio para realizar a visita, estas crianças normalmente são maiores e já entendem que lugar se encontram. Já outras entram e choram quando vão embora, ao se despedirem do familiar, estas na maioria das vezes são menores e acreditam que o local onde o pai se encontra recolhido é seu local de trabalho.

Em questões comportamentais, algumas crianças maiores já demonstram comportamentos agressivos, tanto na maneira de se expressar quanto de indisciplina com a responsável que o acompanha, na maioria das vezes é a mãe. Outras crianças já são mais arredias, tímidas, envergonhadas principalmente no momento da revista. Os menores de 16 anos passam por revista através de detectores de metais, acima de 16 anos e adultos passam por revista íntima (ficando com roupas íntimas e passam por detectores de metais)

As crianças têm pouca convivência com o familiar encarcerado. Visto que pelas observações contidas no Diário de Campo, a experiência das crianças pequenas é “divertida” porque vem ao presídio para “brincar” com o pai. E a percepção de crianças mais velhas é diferente pois já entendem o local e sua dinâmica, o porquê de o pai estar ali. Então, estes se dividem em dois perfis, os que não querem estar naquele lugar e os que não veem problema nisso.

A maioria dos filhos que não veem problema em estarem ali, é quando a situação se agrava, quando o pai tem uma relação de poder sobre outros presos, aí o filho pensa: “meu é chefe”, “meu pai é quem manda aqui”, “meu pai é o melhor”, logo acaba se orgulhando do pai e quer seguir os passos dele. Essa relação de poder que o pai exerce na grande maioria das vezes resulta em manipulação do filho para realizar atos criminosos, onde a criança ou adolescente “resolve” problemas ou “faz” favores para o pai na rua, enquanto este permanece encarcerado. Assim se inicia o ciclo da criminalidade.

4. DIAGNÓSTICO

Apresento, neste capítulo, a análise desenvolvida durante o levantamento do diagnóstico inicial da presente pesquisa, envolvendo o contexto, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar.

4.1 Analisando o contexto

Depois desta breve apresentação do Município, da Escola e do Presídio, passo a explicar que para atingir os objetivos desta pesquisa foram organizadas etapas de investigação, primeiro foi realizado levantamento de dados no Sistema INFOPEN, quanto aos presos recolhidos no Presídio Estadual de Jaguarão possuem filhos em idade escolar e qual localidade residiam.

O INFOPEN⁴ é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. O sistema, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional. Em 2014, o DEPEN (Departamento de Polícia Penal) reformulou a metodologia utilizada, com vistas a modernizar o instrumento de coleta e ampliar o leque de informações coletadas. Pela primeira vez, o levantamento recebeu o formato de um relatório detalhado.

A partir desses dados de localização onde residiam os presos, definiu-se a escola para pesquisa, posteriormente foi apresentada a proposta de pesquisa para a Escola, na qual foi aceita pela equipe diretiva e professores. E a proposta da coleta dos dados para análise foi realizada uma entrevista com os professores que aderiram a participação junto a equipe diretiva da escola. Do resultado das entrevistas surgiram as temáticas que foram discutidas através de Círculos de Estudos no intuito de conceber um espaço de amadurecimento e crescimento com a proposta de oferecer aos professores qualificação, conhecimento e subsídios, para um melhor entendimento sobre o Ciclo da Violência e Cultura da Paz.

⁴ INFOPEN: Sistema de Gerenciamento das Informações Penitenciárias do Estado do Rio Grande do Sul. **Acesso:** Acessível através da rede interna ou por VPN / Proxy. **Desenvolvimento:** Procergs <https://secweb.intra.rs.gov.br/iep/soe/PRSoeLogon.jsp?redir=1>

Os dados apresentados no contexto do PEJ, do Sistema INFOPEN/RS, mostram que a escolaridade na população carcerária é baixa e nos cabe refletir sobre a importância da educação no decorrer da vida dos presos. Se tivessem estudado, teriam outras oportunidades? Será que teriam um futuro diferente?

Investir em educação e prevenção é fundamental para a sociedade. Certamente teriam muito mais efeitos na redução da criminalidade a médio e longo prazos se fosse feito esse investimento, tanto na educação, quanto na assistência social, na cultura, nos esportes, na profissionalização.

Devemos levar em conta a realidade atual, o Jornal da USP, na matéria “Brasil gasta quase quatro vezes mais com sistema prisional em comparação com educação básica”, publicada em 19 de maio de 2022, em visto que no Brasil, um preso custa, em média, R\$ 1,8 mil por mês, enquanto as despesas com um aluno de escola pública são de R\$ 470, segundo levantamento da USP. O Brasil investe quatro vezes mais no sistema prisional em comparação com a educação básica, de acordo com um levantamento feito pela Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa é do Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da USP (Gecap), responsável por desenvolver trabalhos que possam contribuir na melhoria do sistema prisional e da justiça criminal brasileira.

Darcy Ribeiro, há 40 anos atrás em uma conferência em 1982, disse “Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. Parece que a profecia se concretiza, pois atualmente o sistema prisional possui déficit de vagas, superlotação. Precisamos urgentemente pensar na educação como ferramenta para romper o ciclo da violência, ao investirmos em educação, reduzimos a vulnerabilidade das crianças que ficam menos expostas ao crime e a violência. Uma escola voltada para o desenvolvimento de conhecimento tem menos chance de desenvolver alunos violentos.

4.2 Análise do PPP e Regimento Escolar

Foi realizada a análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar (RE) da EMEF. Conforme os documentos analisados, a preocupação com o problema da violência, não consta no PPP nem no RE,

na busca por palavras como violência, criminalidade e paz dos documentos, nada foi encontrado. Sendo que a violência e criminalidade configura como uma inquietação de toda comunidade escolar.

É importante não somente constar no documento da escola, o qual foi citado acima, mas que os professores tenham esse conhecimento do que é a cultura de paz e consigam desenvolver suas ações tendo como objetivo a humanização do ser em formação, valorizando o seu aluno, conhecendo-o, para, assim, poder intervir e desenvolver um trabalho significativo, tanto para ele como profissional, mas como para o aluno. É neste sentido que este trabalho pretende contribuir.

A relação escola e comunidade são importantes, também estão contextualizadas no PPP da escola, o qual menciona questões da necessidade desta parceria para o desenvolvimento das crianças. Segundo este documento, na parte do plano de atividades, a escola possui dificuldades para atingir essa relação:

Considerando os problemas mais urgentes detectados no âmbito escolar e considerados salientares para que avancemos no processo educativo como: repetência, distorção idade/série, desestrutura familiar, legislação vigente, situação financeira, maior participação da comunidade, dificuldades de aprendizagem, inclusão, etc. a escola prevê acompanhar a execução de planos que servirão de apoio ao trabalho pedagógico e possíveis avanços na qualidade do ensino. (PPP, 2020, p.11).

Quanto a participação da família:

As famílias que compõem a comunidade escolar pertencem as classes populares e em sua maioria participam de forma satisfatória da vida escolar de seus filhos, integrando-se as atividades curriculares e extracurriculares propostas pela instituição, observamos que nos anos finais do Ensino Fundamental a participação da família não é satisfatória. (PPP, 2020, p.4).

Percebe-se, na análise do PPP, que, na maioria das vezes, a escola está assumindo o papel da família no que se refere a questão da construção de valores e de estabelecimento de limites para as crianças.

A filosofia proposta na escola, segundo o PPP da EMEF pesquisada, é voltada para a transformação, possibilitando o crescimento humano, formando um homem aberto ao mundo, receptivo ao diálogo, flexível a mudanças, um cidadão crítico, com capacidades e responsabilidades, proporcionando uma visão ética do mundo.

A EMEF tem como objetivo expresso em seu Regimento Escolar:

[...] é oportunizar o pleno desenvolvimento dos educandos, formando os cidadãos críticos e autônomos, respeitando a liberdade e o pluralismo de ideias, encorajando-os a transformar a realidade onde estão inseridos. (RE, 2022, p. 13).

A proposta pedagógica da escola está relacionada à teoria sócio interacionista, sempre respeitando as diferenças e o potencial de cada criança. Acompanhando o desenvolvimento com observações de aprendizagem, dando apoio para que cada um trabalhe seu processo de construção do conhecimento e quando detectado qualquer dificuldade ou barreira, é analisado para que o trabalho se processe junto com a família., conforme podemos observar no PPP (2020).

Nesta concepção o trabalho é voltado para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, sempre respeitando as diferenças e oferecendo condições para uma aprendizagem ampla e prazerosa. Na proposta sócio interacionista a escola trabalha a construção do conhecimento, colocando o foco para a aquisição de habilidades e competências na gerência de conteúdo.

Na escola, conforme o PPP, o setor pedagógico realiza conselhos de classe bimestrais dirigidos pelo professor conselheiro e seu professor substituto, tendo por objetivo avaliar o processo ensino aprendizagem na relação direção / professor / aluno e os procedimentos adequados a cada caso, que possibilita: a avaliação global do aluno e o levantamento de suas dificuldades; a avaliação do processo ensino-aprendizagem desenvolvido pela escola na implementação das ações propostas e verificação dos resultados; a definição de critérios para avaliação e sua revisão quando necessária; a avaliação da prática docente, enquanto motivação e produção de condições de apropriação do conhecimento, no que se refere: a metodologia, aos conteúdos programáticos e a totalidade das atividades pedagógicas realizadas.

Durante o conselho de classe, da escola pesquisada, são abordadas as dificuldades dos alunos, bem como apresentadas quais seriam as possíveis soluções. No final do ano letivo, o conselho de classe realiza uma análise global em relação ao desenvolvimento de cada aluno, no decorrer do curso, avaliando se ele possui condições de ser promovido ao ano seguinte.

A escola possui um laboratório de informática, que está à disposição para uso e desenvolvimento das aulas com os alunos, visto que conforme o PPP, é oferecido ao aluno o processo de democratização do acesso às tecnologias da informação, usufruindo desse suporte para melhorar a aprendizagem e incluindo-o no mundo digital.

Através da democratização do acesso e com a ajuda da tecnologia disponível, busca-se a integração entre educação, tecnologia e cidadania, visando a transformação social. (PPP, 2020, p.13).

No PPP da escola também ressalta que, dentro deste mesmo parâmetro, serão proporcionadas na escola, ações que visem a formação continuada dos docentes priorizando o uso de recursos tecnológicos que a escola dispõe. Tendo em vista que as tecnologias digitais atualmente oferecem ao professor inúmeros caminhos para um fazer inovador, considerando que o acesso à Internet trouxe novas formas de ensino (GOMES; MOITA, 2016, p. 160).

O PPP traz como será desenvolvido o trabalho pedagógico na instituição escolar. Nele está descrito os objetivos, diretrizes e ações que devem ser valorizadas durante o processo educacional. Conforme apresentado no PPP, a escola trabalha projetos como Cultura Afro-Brasileira e Educação Ambiental, Contudo, não apresenta nenhum projeto sobre não violência e Cultura da Paz, visto que, em decorrência de diversas situações do dia a dia da comunidade, seria de extrema relevância abordar a temática levando em conta a realidade a qual a escola está inserida.

A escola, pelo que consta no PPP, é considerada como um espaço democrático. As relações na organização do trabalho administrativo e pedagógico se estabelecem baseadas nos princípios da gestão democrática: descentralização, participação e transparência, portanto no diálogo permanente, na avaliação sistemática e na distribuição de atribuições que competem a cada segmento, para executar o planejamento conjunto com o objetivo de alcançar a qualidade de ensino.

No PPP da escola, de início analiso o item referente à realidade escolar, o documento ressalta que:

Planejar significa partir da realidade dos alunos, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas no intuito de possibilitar a produção e a internalização de conhecimentos por parte do educando. (PPP, 2020, p.9)

No entanto conforme análise do documento, nada é apresentado em relação à prevenção a violência e cultura da paz. O que não corresponde às respostas das entrevistas à equipe diretiva, onde todos afirmaram que sim.

Corroborando com a análise acima, apresento as respostas referentes as perguntas de número 7 e 8. Conforme descritos abaixo, onde a pergunta é indicada pela letra P e a dos entrevistados é E1, E2, E3 e E4.

P 7 – A escola possui iniciativas/ ações para combater a violência, a criminalidade e o preconceito? Quais são?

E1 - Sim, nós temos vários projetos na escola né. nas aulas de Religião nós temos os Projetos de Convivência, nós temos a Banda, que eles gostam de participar, gostam muito da música né, acredito que a música transforma também. mas para entrar eles têm que ter notas boas, disciplina. E tem projetos do Município, temos o Projeto Case, outros estão no Projeto AABB, a maioria deles está no Projetos em turno inverso da escola. Trabalhamos também a Cultura Afro.

E2 - Sim, com certeza. Organizamos palestras, com órgão da Segurança Pública, com a Secretaria da Cidadania, com o Judiciário. Eu penso que tudo é válido né.

E3 - Sim, através de palestras, parcerias com órgãos da Segurança. Sabe que aqui na escola nós participamos de um projeto piloto de um programa de combate à violência, sabe que foi válido.

E4 - Sim, organizamos palestras, pedimos a participação da Brigada Militar. Já tivemos palestras de advogados, psicólogos. Apresentamos documentários, filmes e até mesmo relatos de pessoas da comunidade.

P 8– Estas ações estão dispostas no PPP da Escola?

E1 - Estão, temos o PPP e o Regimento. Até mesmo para nos calçar, porque pode chegar alguém e dizer que a gente não pode fazer, não pode falar. E todas as palestras, tudo é programado no início do calendário, do ano letivo, agora a gente já programa as ações para 2023, vaia para o Conselho Municipal, é aprovado e a gente aplica.

E2 - Sim.

E3 – Algumas sim.

E4 – Sim.

Em relação a pergunta de número 7, fiz um questionamento após a resposta do E1, em relação as palestras, como seriam estas e qual efetividade.

E1 - Sim, várias palestras, assim temos parcerias. Tem o Posto de Saúde, a Brigada Militar, o Exército, nossa escola sempre busca parcerias de pessoas para virem conversar com eles, **a gente procura mostrar pra eles outros caminhos só que infelizmente o tráfico cresceu muito na nossa cidade, eles têm um poder muito**

grande influenciador nas nossas crianças. Então assim olha, a gente luta muito e fala muito com eles que eles podem ser diferentes, **nós temos uma menina na escola que ela é usuária, faz dias que não vem a escola, e os outros alunos falam sobre isso e a gente conversa com eles que esse é um caminho que não podem entrar, porque depois de entrar é muito difícil sair.** É nesse sentido que a gente tenta. Mas a gente sabe que isso não acontece, pela prática a gente tá vendo assim, essas famílias se organizam, família-crime né, que ampara eles, dá moradia, dá comida, por isso eles tem dívidas com o crime. **Mas a gente não vai desistir, deixar de lutar por eles. Mostra que podem ser diferentes.** Inclusive posso até citar um caso de um aluno nosso aqui, o pai era traficante, mas a mãe assim, ela era uma lutadora, ela se prostituía para sustentar ele e os irmãos, infelizmente os irmãos seguiram o caminho do pai, mas ele era da nossa Banda, concluiu os estudos aqui depois em outra escola, serviu o Exército, e hoje é professor de Educação Física, tocava trompete na nossa Banda, daí eu olho pra ele e vejo que a nossa luta não é à toa.

Diante do exposto acredito que se torna imprescindível a compreensão e reflexão acerca da realidade de cada criança, esta realidade deve ser levada em conta na construção do PPP, deve fazer parte no processo educativo, mas para que isso se concretize o ambiente escolar deve ser oportuno para o diálogo. Nessa perspectiva, percebe-se pela fala do E1 apresentada que muitas das situações de violência que se apresentam são oriundas das relações familiares destas crianças.

Diante do que foi apresentado, espera-se que as discussões realizadas nos Círculos permitam o crescimento profissional e coletivo da instituição. Além disso, pretende-se que os caminhos que forem trilhados permaneçam para além da pesquisa ação, que possam ser transformados ou ajustados para se tornarem permanentes na escola. Pois observa-se que a forma aplicada nas prevenções no combate à criminalidade nos moldes atuais é curativa ou ainda paliativa, não há interesse em conhecer as causas da violência e do aumento da criminalidade, tampouco se busca uma forma a longo prazo e eficaz a fim de combater a violência.

Importante salientar que educar para a paz pressupõe a educação a partir de determinados valores como: a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, além do respeito (JARES, 2007, p. 45). Ressalta a relevância sobre dialogar e refletir sobre comportamentos, compromissos e atitudes, pois quanto menor for a distância entre o discurso e a ação do professor, mais eficaz será seu trabalho.

Por que eu acredito que a educação é uma ferramenta para romper o ciclo da violência e da criminalidade? Como pesquisadora acredito na escola como um meio de transformação.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico irá versar sobre os temas: prisão, pena, estigma, violência, educação para paz. De início apresento o conceito de prisão/cárcere, buscando também apresentar um entendimento sobre o Processo Penal ou efeitos da condenação penal e espécies de pena. Na sequência será apresentado questões referentes aos reflexos do cárcere/prisão, trazendo conceito de estigmas e contexto de reprodução da Violência/Criminalidade. Em seguida uma breve discussão sobre Educação para a Paz, dividida em duas partes, a primeira intitulada: Rompendo ciclos, na qual busca-se compreender o quando a educação é capaz de romper o ciclo da violência, preservando os valores, promovendo o respeito e o educar para a paz, a segunda parte: Educar para não criminalizar, uma discussão sobre desenvolvendo práticas pedagógicas e proporcionando momentos de reflexão sobre a violência que cerca os ambientes nos quais estão inseridos.

5.1 Conceituando Prisão/cárcere

A prisão pode significar muitas coisas para a sociedade em geral, para o Estado, para o recluso e para as pessoas que possuem seu cotidiano diretamente afetado por este tipo de instituição. A prisão simboliza a segregação, a separação entre bons e maus, punidos e não punidos, ela é o que o Estado, a sociedade e a mídia querem afastar, colocar do outro lado.

Os sistemas penitenciários são instrumentos de aplicação da pena. De acordo com Foucault (2014) o sistema penitenciário é um conjunto complexo que reúne além de regulamentos coercitivos, programas correcionais para a delinquência.

A prisão esteve desde sua origem ligada a um projeto de transformação dos indivíduos, como um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, o quartel ou o hospital para agir com precisão sobre o comportamento, entretanto

fracassou e, então, desde 1820 se constata que a prisão, fabrica novos criminosos ou encaminha-os, ainda mais na criminalidade (FOUCAULT, 1979)

Com a chegada do 1º Código Penal de 1830, que foi substituído com a Proclamação da República pelo 2º Código Penal em 1890, iniciou-se o regime penitenciário de caráter correccional, com o fim de ressocializar o interno. Em 1940, foi promulgado o 3º Código Penal, que tinha como princípio básico a privação da liberdade e a segregação do indivíduo que cometeu um delito.

A prisão pode ser vista como símbolo de ordem, pois tem como função manter a ordem, retirando os “desordeiros” do convívio social, mas também é símbolo de desordem, porque segundo noticiário e literatura sobre o assunto, parecem verdadeiras bombas relógio, com celas são superlotadas, ambiente insalubre, havendo sempre a iminência de rebeliões.

Todo o ordenamento jurídico penal tem seu fundamento em resguardar a população de ações maléficas de algumas pessoas que se desvirtuam da boa convivência social. A questão de prevenir a ocorrência de delitos foi sempre uma boa discussão e que vem desde tempos mais cruéis, mas, que hoje em dia, ainda não tem muita eficácia. De acordo com a teoria, ela também é um símbolo de educação, reinserção e ressocialização, como outras instituições típicas para este fim, porém não tem alcançado muito sucesso nestes objetivos.

Com a instituição da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11/07/1984 (BRASIL, 1984) foram definidas orientações sobre os limites para a punição dos presos, para regular o procedimento e as condições em que a pena será executada e para isso a LEP veio para regrar, com emprego de condições justas e humanas, entretanto o sistema penitenciário brasileiro ainda pode ser caracterizado pela ausência dessas condições dignas com presos em celas com capacidade ultrapassada, falta de higiene, pouco acesso a assistência jurídica e médica, ócio improdutivo e distanciamento da família. Pois, o princípio desta execução sempre foi a ressocialização do preso, para que possa viver em sociedade novamente.

5.2 Entendendo a Execução Penal

A privação da liberdade é uma forma de pena adotada pelo Código Penal que consiste em estreitar o direito de ir e vir, recolhendo o condenado em estabelecimento prisional com a finalidade de, futuramente, reinseri-lo na sociedade, bem como prevenir a reincidência.

Depois de sentenciado a cumprir a pena, começa a execução penal, pela qual o apenado vai cumprir as disposições da sentença, objetivando voltar para a sociedade, depois desse período, apto a convivência social e em tese, a não cometer crimes novamente.

Foi visto a disposição do artigo 1º da Lei de Execuções Penais (LEP):

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. (BRASIL, 1984).

Os tipos de pena privativa de liberdade previstos na legislação penal são: reclusão (crimes graves), detenção (crimes menos graves) e prisão simples (contravenções penais).

É importante explicar o que crime é a infração penal que a lei impõe pena de reclusão ou detenção, seja ela isolada, de forma alternativa ou de forma cumulativa com a pena de multa que conhecemos. Já a contravenção, é a infração penal que a lei impõe de forma isolada, uma pena de prisão simples ou de multa, por vezes, ambas, de forma alternativa ou cumulativa. Então podemos analisar que de forma fundamental o crime e a contravenção diferenciam-se a espécie da pena imposta.

Os crimes, por sua vez, são considerados infrações penais graves, por conta disso as penas são as penas privativas de liberdade, restritiva de direitos e multa. Por isso os crimes têm penas de até 30 anos e a pena de multa só pode ser aplicada cumulativamente com as demais penas. Exemplos: homicídio, latrocínio, roubo. A contravenção penal então, são infrações mais leves, por conta disso a prisão é a prisão simples. As contravenções têm penas de no máximo 5 anos e a pena de multa pode ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com a prisão simples. Exemplos: jogo do bicho, vias de fato.

A maior diferença entre crime e contravenção penal, é que os crimes são regidos pelo Código Penal, e as contravenções pela Lei de Contravenções Penais. O Código Penal também prevê os regimes de cumprimento, definidos como fechado (presídio), semiaberto (colônia agrícola, industrial ou equivalente) e aberto (casa de albergado ou similar).

A execução penal é a forma de que o Estado por meio das disposições do direito penal e o procedimento do processo penal, possam efetivamente aplicar a pena, com o objetivo de punir ou prevenir que outros crimes não aconteçam, e para isso, o preso seja capaz de conviver em sociedade novamente.

Beccaria (2001, p. 67, grifo do autor) falou sobre a prevenção do crime:

É MELHOR prevenir os crimes do que ter de puni-los; e todo legislador sábio deve procurar antes impedir o mal do que repará-lo, pois uma boa legislação não é senão a arte de proporcionar aos homens o maior bem-estar possível e preservá-los de todos os sofrimentos que se lhes possam causar, segundo o cálculo dos bens e dos males desta vida. Mas, os meios que até hoje se empregam são em geral insuficientes ou contrários ao fim que se propõem.

Atualmente o papel do Estado em proteger a sociedade da criminalidade, está cada vez mais difícil e se pensa em aplicação de penas mais severas, o que no momento pode ajudar, mas não soluciona o problema. A aplicação de medidas de prevenção como Beccaria expôs poderia ser a solução em um grande espaço de tempo para a baixa dos índices criminais no futuro.

5.3 Reflexos do Cárcere/Prisão

A instituição prisional cujo objetivo seria transformar a conduta do criminoso, reintegrando-o socialmente como um ser humano (Foucault, 2014) surgiu há pouco mais de dois séculos e assumiu uma posição de destaque na sociedade atual.

O encarceramento produz sérios e indesejáveis problemas sociais, sendo a reincidência um dos mais graves, pois além da pena de privação de liberdade, lança o sujeito ao mundo do crime, obrigando-o a uma violenta rotina

institucional, concretizada pela violência psicológica, reproduzida pelos agentes institucionais.

Para Goffman (1986), a prisão é uma instituição total que como os manicômios e os conventos possui uma tendência a fechar-se ao mundo exterior. Seu 'fechamento' ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico (GOFFMAN, 1986, p.16).

Nesse sentido, a prisão possui um significado cultural específico que pode influenciar as relações individuais das crianças, filhos de pessoas presas, e seu processo desenvolvimental, nos ambientes de sua convivência, seja na escola, na vizinhança e/ou na própria família, nos quais pode ser reproduzido o estigma social imposto a essas crianças, por associação às condições dos familiares.

A figura do preso já carrega consigo uma série de representações, geralmente negativas. Estes dois fenômenos: a presença de unidades prisionais em locais nunca imaginados e a constatação da existência de uma organização com força política e econômica dentro das penitenciárias com forte influência fora delas, contribuíram para o fortalecimento do estigma do presidiário e de todos que se relacionam com ele. (REDIGOLO, 2012)

5.3.1 Estigmatização

Goffman (2021) define o estigma como uma marca (visível ou não) que torna a pessoa diferente do que a sociedade espera dela. O estigma abre pouca possibilidade à mudança e vem carregado de uma série de valores de maneira que quem o carrega provavelmente sempre o carregará e a sociedade esperará deste indivíduo uma conduta compatível a todos os portadores deste estigma.

Flávia Schilling e Sandra Miyashiro definem o estigma como uma marca, mancha, aquilo que é indigno, ou vergonhoso (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008). As autoras também ressaltam que o estigma difere do preconceito por sua aceitação social. O preconceito é algo politicamente incorreto, enquanto o estigma é profundamente naturalizado, quase como uma doença congênita:

Se o preconceito é algo que emerge nas falas dos entrevistados como algo que incomoda e provoca indignação, o estigma evidencia algo que extrapola uma atitude de prejulgamento, como “sinal infamante, indigno e desonroso, mancha infamante na reputação de alguém” pressupõe a contaminação, o contágio, a transmissão, tornando urgente e necessário o isolamento do agente contaminador. Essa ideia de contágio parte em alguma medida da crença de que algo foi herdado ou adquirido no convívio social. (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008, p. 248)

Omote (2004, p.294) diz que o termo se refere à condição social de desgraça e descrédito, “uma marca social, uma mancha ou mácula social”, “que torna alguém diferente de pessoas comuns, com um profundo sentido depreciativo, caracterizando-o como um ser inferior”. Desta fala podemos perceber a função segregadora do estigma: ele serve para classificar quem não é “comum”.

O estigma é útil socialmente, serve para reafirmar os padrões de normalidade e garantir um controle social. Para que o homem viva em coletividade, ele precisa criar uma série de regras, explícitas ou tácitas, e quem foge a estas regras tem que ser demarcado, separado e controlado, para que a regra se mantenha. (REDIGOLO, 2012)

Uma vez preso, o indivíduo carrega um estigma que o afasta da sociedade em geral e pode levá-lo a desenvolver outros tipos de sociabilidades com os estigmatizados como ele. Uma vez caracterizado pelo “mundo do crime” o indivíduo dificilmente consegue se reinserir totalmente no “mundo do trabalho”. Esta prática acaba sendo marcada por um certo determinismo de que o indivíduo nasceu no crime e vai morrer no crime e esta propensão ao crime, acaba contaminando todos a sua volta, principalmente filhos, pais e cônjuges.

O senso comum, balizado pela mídia, estigmatiza o presidiário e toda a sua rede de relações (familiares e amigos, por ex.). Para Goffman (2021, p.57), “uma pessoa com ordem de prisão pode contaminar legalmente qualquer um que seja visto em sua companhia, expondo-o à prisão como suspeito”. O estigma do preso pode se estender para toda a rede de relações que o cercam, sendo que as pessoas que o visitam recebem o rótulo pejorativo de “mulher de preso”.

O estigma — que pressupomos cercar os presidiários — se estende para além do indivíduo encarcerado, passando para as pessoas que se relacionam diretamente com eles, seus familiares ou amigos, o que permite à sociedade considerá-los uma só pessoa. A sociedade

os vê de maneira fundida: a mulher de presidiário ou o filho de presidiário. Com base nesses pressupostos, podemos concluir que o olhar estigmatizante que é direcionado à família do presidiário é uma extensão do estigma que o cerca (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008, p. 248).

Dessa forma, a estigmatização é sempre ruim para aqueles que são vítimas, uma vez que, afeta processos essenciais do indivíduo, como o desenvolvimento do autoconceito, as relações (interações) sociais, a autoestima, as formas de se comportar e viver diariamente. Destarte, o interesse deste trabalho foi trazer a discussão dos conceitos de estigma tendo em vista que a estigmatização é tão vívida na sociedade e nos processos de subjetivação.

5.4 Reprodução da Violência/Criminalidade

Tendo em vista o crime como um fato social e humano, não se pode perder de vista que muitos fatores sob os quais se encontra o indivíduo, tornam-se, muitas vezes, causas para que ocorra o comportamento criminal. Faz-se necessário, nesse momento, a apresentação de um conceito de “causa” para a criminologia, visto que esta não pode ser entendida como nas outras ciências. Assim, segundo Roque de Brito Alves (1986, p. 131):

“Por ‘causa’ entende-se, em geral, na Criminologia, todo aquilo que é necessário para a produção ou manifestação do comportamento criminoso, como, p. ex., uma deficiência mental, uma situação exterior desfavorável (sócio-econômica), etc., etc., que poderá produzir o delito, porém que nem sempre produzirá o crime, pois pode existir o mesmo venha a ser praticado.”

Marcelino (2004) afirma que a personalidade do indivíduo depende da soma de vários fatores, quais sejam os biológicos, e todos os outros que têm relação com o meio em que se encontra inserido. Se não houvesse essa somatória de fatores, todos os indivíduos sujeitos ao mesmo meio seriam exatamente iguais, ou ainda, os descendentes seriam exatamente como os ascendentes na sua forma de agir.

Mas afinal, qual é o impacto da exposição à violência para o desenvolvimento da criança? Uma mensagem clara é que "violência gera

violência" - crianças que vivenciam violência têm mais probabilidade de serem entrelaçadas em um ciclo de violência que leva a comportamento violento futuro, incluindo agressão, delinquência, crime violento e abuso infantil. Isso vale para todos os tipos de exposição à violência infantil, incluindo, mas não se limitando à violência comunitária.

A exposição a qualquer tipo de violência, seja em casa, na escola ou na comunidade está entre as experiências mais prejudiciais que as crianças podem ter, afetando o desenvolvimento cerebral e a forma como pensam, sentem e agem.

Crianças expostas à violência têm maior probabilidade de ter dificuldades na escola, abusar de drogas ou álcool, agir agressivamente, sofrer de depressão ou outros problemas de saúde mental e se envolver em comportamentos criminosos quando adultos, e quando expostas de forma repetida à violência comunitária podem contribuir para problemas na formação de relacionamentos positivos e de confiança, dificuldades em formar essas relações de apego podem interferir no desenvolvimento de um senso de confiança.

Para algumas crianças (principalmente meninos), viver sob a mira da violência constante, leva a um estado de alerta aumentado, ficando alerta a qualquer perigo ou ameaça. À medida que esses comportamentos se acentuam podem levar a padrões característicos de pensamento e ação associados à agressividade e comportamento violento.

Em essência, esses comportamentos internalizados sobre a necessidade e adequação da agressão vivida ou observada servem como mecanismos de reprodução da criminalidade, contribuindo para futuras agressões e violências, criando um ciclo de jovens e crianças expostos a criminalidade e políticas de "insegurança pública" sem projetos que representem os que mais precisam de proteção.

6. EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Atualmente, a educação para a paz revela-se como possibilidade, no próprio espaço da educação, para superar a violência no meio escolar e contribuir para a construção de uma sociedade não-violenta.

A educação para a paz é hoje reconhecida como tarefa mundial, exigência indiscutível, componente importante dos programas educativos, enfim, como uma direção pedagógica necessária para a construção de uma sociedade democrática (GUIMARÃES, 2004, p. 9)

Para Hammes (2009) a paz que se propõe transcende o significado restrito que é a ausência de guerra ou de violência. É uma construção; busca ou esforço permanente, pois mesmo se não houvesse situações de violência ou guerras, a construção da paz deveria estar na agenda. Para isso, a educação para a paz se torna relevante, envolvendo mais pessoas para que a cultura da paz se torne a cultura vigente, orientando atitudes e valores.

Embora no Brasil a temática sobre Educação para a Paz ser um conteúdo relativamente novo e poucas pesquisas referente ao tema tenham sido realizadas, sabe-se quem é um dos mais importantes referenciais contemporâneos sobre esta temática: Paulo Freire. Freire, nasceu no Brasil em 1921, fez contribuições teóricas que impactaram a educação e, de modo especial, a educação popular.

Paulo Freire propõe uma educação popular com base na conscientização, na colaboração, na participação e na responsabilidade social e política dos sujeitos envolvidos. Portanto educar é conscientizar para que o sujeito assuma seu papel na mudança social. Educar é ajudar o educando a dizer sua palavra, se colocar como protagonista do mundo e da história

(...) o mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente, no mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 1987, p. 76- 77)

O autor afirma que a humanidade se constrói pela palavra. Logo, nos mostra a principal ferramenta desta construção: o diálogo. É pela educação

dialógica que o sujeito empodera-se ao dizer a sua palavra. Lembramos que a palavra aqui é entendida como ação. Ação que humaniza. Escola é lugar ideal para o diálogo, para o debate, oportunizando reflexões e buscando conscientização.

A emancipação, ou humanização como conceitua Freire (1987), não acontece na consciência, mas no diálogo. É no diálogo, no encontro entre iguais que se problematiza o mundo, que a consciência se constrói.

O diálogo é a essência da emancipação humana, é sempre uma relação de iguais mediatizados pelo mundo. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. (FREIRE, 1987, p.78)

A pedagogia freireana abre esperança para uma Cultura de Paz e a uma Educação para a Paz sejam, possíveis no cotidiano e nos processos educacionais, tal como ensina Ana Maria Freire:

[...] para Paulo a Paz não é um dado, um fato intrinsecamente humano comum a todos os povos, de quaisquer culturas. Precisamos desde a mais tenra idade formar as crianças na “Cultura da Paz”, que necessita desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade (FREIRE, 2006, p.391).

Freire ajuda a compreender que a paz não é uma condição natural, assim como a violência também não é, ambas são processuais e construídas. No entanto, se faz necessário que se exercite na educação e na formação de professores, como um conjunto de saberes, práticas e experiências suscetíveis de sistematização, reflexão e análise.

Desse modo, a Educação para a Paz possibilita orientações novas e mudanças de posicionamentos relacionados à violência e à criminalidade, contribuindo para que jovens e crianças caminhem para a paz, no entanto tornar o ambiente escolar propício para descoberta e de articulação para criação de novos paradigmas educacionais.

6.1 Rompendo Ciclos

O ambiente escolar precisa estar em conexão com a comunidade, entender a realidade de seus alunos, assegurar boas condições de aprendizagem e um ambiente inclusivo e saudável, onde os profissionais sejam valorizados e os alunos acolhidos. É preciso, sobretudo, acompanhar de perto a frequência dos estudantes e, quando houver desistência, mapear as causas e corrigi-las. Seria o universo educacional perfeito?

Porém o que existe é uma realidade um pouco contrária, na qual o Estado se omite na educação e formação de crianças e jovens, como por exemplo, quando o adolescente é apreendido no cometimento de um delito, o sistema o coloca em uma instituição que não o reabilita e por fim abastece as fileiras do crime organizado. Enquanto isso, a população assiste perplexa e amedrontada este problema que abrange a segurança pública, e reflete na educação, um sentimento de impotência.

É inegável: a falta de ocupação (trabalho e/ou estudo) é uma porta de entrada para a criminalidade, ainda mais em locais de vulnerabilidade social e neste ponto também cabe questionar o abandono de outras pastas como a Cultura e o Esporte. Mais do que nunca é necessário entender a educação, a cultura e o esporte como componentes fundamentais para se romper o ciclo de conversão de crianças e adolescentes à criminalidade.

Contudo quando se fala em romper o ciclo, é não dar continuidade aos atos de criminalidade e violência exercida pelos pais e familiares, é a conscientização de que não é uma escolha correta, é lutar por uma educação que acolha as crianças e adolescentes respeitando suas realidades, mas mostrando novos caminhos e oportunizando novas experiências voltadas para a educação da não violência.

Na caracterização do contexto do PEJ, foi apresentado o nível de escolaridade dos presos, logo percebe-se que os estudos não foram opção para eles. E os filhos muitas vezes tem os pais como exemplo. Logo, os pais precisam ter tido uma educação de qualidade, para que os filhos também possam ter e assim quebrar o ciclo da violência e da criminalidade, cita-se pequena frase de Monteiro (2003, p. 786) que influencia tal linha de

pensamento, “A educação não sairá da sua pré-história enquanto a educação dos filhos não começar pela educação dos pais.”

Precisamos da educação, de conscientização, é preciso refletir sobre como a cultura da violência impacta as crianças e adolescentes filhos de presos, e como, na educação para a paz que pode haver uma resposta para romper o ciclo da criminalidade e violência.

6.2 Educar para não criminalizar

A discussão em torno do tema criminalidade e violência, sempre foi posto em pauta com a finalidade de propor alternativas, que poderiam ser adotadas para que atenuasse os índices. Para os estudiosos a causa do problema gira em torno das desigualdades sociais e demais fatores, os quais, a educação nem sempre é colocada como um dos principais fatores que contribuem para a solução de criminalidade.

Através do fornecimento de condições básicas dignas, a própria Constituição Federal procurou assegurar os direitos a educação, saúde, emprego e moradia, no intuito de uma possível sociedade mais justa, com menos preconceitos, mais segura e não violenta, em razão da aplicação dos direitos dos cidadãos e do cumprimento pelo Poder Público, a fim de que, as pessoas gozem de plena capacidade e igualdade social.

Conforme o artigo 6º da Constituição Federal (1998):

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

A sociedade atual, a qual estamos vivendo, no Brasil é precária na educação e assim não dá a base que um povo precisa para se manter em igualdade de níveis educacionais. O que influencia em índices crescentes da criminalidade e decrescentes de adeptos aos estudos.

Monteiro (2003, p. 769) escreveu sobre o direito a educação:

O direito à educação é um direito de —toda a pessoa, sem discriminação alguma e sem limites de tempo ou espaços exclusivos para o seu exercício. É direito da criança e do adulto, da mulher e do homem, seja qual for a sua capacidade física e mental, a sua

condição e situação. É direito dos brancos, dos pretos, dos mestiços e dos amarelos, dos pobres e dos ricos, dos emigrantes, dos refugiados, dos presos etc. É direito das populações indígenas e de todas as minorias.

Monteiro ainda ressalta uma diferenciação entre, acesso à educação e o direito a educação. Na qual ter acesso à educação não significa que será exercido o direito à educação. Pois esse direito tem a ver com a qualidade e não apenas com ter acesso a qualquer educação, um direito previsto constitucionalmente e em tratados internacionais que pode mudar os padrões de uma sociedade, vê-se em suas próprias palavras:

Direito à educação não é direito apenas à disponibilidade e acessibilidade de uma educação qualquer, avaliada por indicadores meramente utilitários e quantitativos. É, por definição, direito a uma bem determinada qualidade de educação, a uma educação com qualidade ético-jurídica de direito do ser humano, isto é, cujas condições materiais, institucionais e pessoais respeitem todo o conteúdo normativo, devidamente interpretado, do direito à educação. Por outras palavras, direito à educação é direito a uma Educação de Direito, ou seja, a uma educação conforme ao Direito Internacional da Educação, traduzido em Princípios de Direito Pedagógico, de que derivam Direitos do Educando, que reclamam uma Política do Direito à Educação e uma Pedagogia do Direito à Educação. (MONTEIRO, 2003, p. 786-787).

O Governo passou a investir pesado no sistema penitenciário, contando que isso diminuiria a criminalidade e que esses presos não retornassem ao crime, quando fora do sistema prisional. No entanto, os dados mostram que não acontece. Há necessidade de políticas públicas que visem oportunidades de reinserção na sociedade para que possam prevenir o retorno do indivíduo para o crime e o recrutamento de novos indivíduos, como forma de diminuir a criminalidade e a violência por consequência.

Em contrapartida investiu-se pouco em educação. Nem todas as escolas possuem as tecnologias que poderiam auxiliar no aprendizado, professores menosprezados pelo seu salário. Também as crianças com necessidades especiais, não tem o amparo que necessitariam, as escolas não conseguem manter os alunos em um ritmo de aprendizagem que contemplem todos, pois, cada um tem uma realidade diferente.

Tudo isso, engloba em um sistema de educação precário e desatualizado, formando alunos desgostosos com os estudos, sem força de vontade de estudar e ter um futuro melhor. A educação deveria incentivar os

alunos a estudar e serem pessoas melhores. Porém sem investimento esse incentivo escolar fica precário e forma este círculo vicioso com alunos saindo das escolas sem a devida preparação e vivendo num mundo cheio de violência (SILVA; BANDEIRA, 2018, p. 9- 10).

Faz-se necessário dar importância para as políticas públicas com objetivo de prevenir a criminalidade através da educação. Segundo Querido (2017, p. 5), “As práticas de prevenção precisam ser implementadas pelo poder público, que é o conjunto de órgãos incumbidos do bem-estar social, de forma a proporcionar dignidade e qualidade de vida para todos os cidadãos.”

Em relação às políticas públicas, cabe trazer o conceito de Priotto (2008, p. 11134) que esclarece sobre o tema:

A política pública é uma intervenção do Estado na realidade social, com instrumentos públicos ou determinações administrativas, no sentido de atender necessidades sociais (direitos), interesses de grupos, individuais ou próprios, e/ou gerenciar conflitos, entendendo-se que é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Como exemplo de políticas públicas cito o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), já citado no início desta dissertação, na qual foi objeto de estudo de pesquisa em campo de Vasconselos, ao qual procurou esclarecer a eficiência ou não do programa na vida dos seus participantes. Chegaram à conclusão de que esse programa consegue seus objetivos com quase totalidade aos alunos participantes, pois, eles ficam mais informados sobre as drogas e conscientes do perigo que elas representam para a sociedade, também os alunos melhoram seus comportamentos e diminuíram a violência escolar (VASCONSELOS, 2018).

As políticas públicas são importantes ferramentas do poder público para aplicação das medidas preventivas contra a criminalidade e possível diminuição da criminalidade no futuro, uma sociedade com educação de qualidade rompe o ciclo da violência e da criminalidade, possibilitando uma grande segurança e qualidade de vida para todos. Porém este ciclo não acaba sem que alguma forma de o romper seja posta em prática. Por isso, a importância de investir na educação.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O processo de codificação dos dados restringe-se a escolha de unidades de registro, ou seja, é o recorte que se dará na pesquisa. Para Bardin (2011), uma unidade de registro significa uma unidade a se codificar, podendo esta ser um tema, uma palavra ou uma frase.

Dados do Diário de Campo indicam que uma das primeiras questões que foi levantada no decorrer das primeiras visitas a escola, nos diálogos antes das entrevistas, durante levantamento de informações com a equipe diretiva e nas escritas dos diários de campo, foi em relação ao quantitativo de alunos com familiares encarcerados.

O objetivo desta pesquisa, base desta dissertação, propunha analisar o impacto do encarceramento de familiares na vida dos estudantes e, entender a influência da prisão e da sua relação social produzida por ela nos diversos tipos de relações estabelecidas por estas crianças, especialmente em seu processo de socialização escolar.

O quadro abaixo traz o dado principal, desta pesquisa, que é de extrema importância para uma compreensão da realidade a qual a escola está inserida, e as situações que permeiam a relação escola/família/comunidade.

Quadro 2: Alunos com familiares encarcerados

	Aluno	Sexo	Série	Situação
1	G	Masculino	3º Ano	Pai preso no PEJ Mãe presa no Uruguai
2	R	Masculino	6º Ano	Pai preso na PERG Irmão preso na PERG Mãe presa na PERG
3	P	Masculino	9º Ano	Pai Monitorado (Prisão Domiciliar)
4	A	Masculino	6º Ano	Mãe Monitorada (Prisão Domiciliar) Irmão preso no PEJ
5	K	Feminino	5º Ano	Mãe Monitorada (Prisão Domiciliar) Irmão preso no PEJ
6	L	Masculino	6º Ano	Mãe presa na PERG

				Irmão preso na PERG
7	M	Feminino	3º Ano	Mãe presa na PERG Irmão preso na PERG
8	Y	Feminino	6º Ano	Tio preso no PEJ
9	B	Masculino	9º Ano	Avô preso no PEJ
10	V	Feminino	5º Ano	Avô preso no PEJ

Fonte: Dados da Pesquisadora/2023

Os quadros seguintes foram elaborados para visualizar os dados. Uma análise mais detalhada dos dados a fim de obter respostas para os questionamentos dos objetivos da pesquisa. Buscando compreender como são vistos os alunos com familiares encarcerados, quais as influências/ reflexos do encarceramento de familiares na vida escolar destas crianças e como a escola discute a temática da violência e percebe a sua importância na vida destas crianças.

As representações que os estudantes possuem dos professores das escolas, e vice-versa, são marcadas por referências às relações sociais, de interesse, de poder, de respeito, de crítica. Ressalta-se que o professor possui um lugar especial no mundo escolar, o que dá margens às expectativas sobre ele – como devem ser e como devem agir (ABRAMOVAY & CASTRO, 2003).

O quadro 3 traz as respostas de quatro entrevistados que compõem a equipe diretiva, referente a como se dá o relacionamento entre professor e estes alunos com familiares encarcerados e destes alunos com os demais alunos da escola, como se dá a convivência escolar. Destaca-se, neste momento, que o convívio entre alunos e professores é marcado tanto por sentimentos de amizade, afeto e respeito quanto por sentimentos de preocupação com os laços estabelecidos.

Quadro 3:

Entrevistado (a)	Relacionamento Professor x Aluno	Relacionamento Aluno x Aluno
E 1	Não têm problemas de hostilidade, (...) são dedicados, são queridos, alguns com	Eles se aceitam bastante, né, alguns assim que eles não conversam muito, tem um aluno

	<p>dificuldades de aprendizagem, normal, se dá uma atenção especial né, mas, eles se enquadram na turma assim né, não são diferentes por serem estarem assim né, pelo contrário né, são bons.</p>	<p>do 7º ano que eles isolam, não conversam, e como vou te explicar, esse menino se junta com mais dois e eles ficam sozinhos assim né.</p>
E 2	<p>Também é uma relação <i>eh</i> vamos dizer que tem certos alunos que vem dessa parte aí das famílias que são desorientadas, né? (...) Mas a nossa equipe de professores é muito boa, sei que tem professores antigos aqui, tem poucos novos talvez passem mais trabalho agora mas dominam. E a direção também, né? (...)</p>	<p>Olha é uma relação normal, sem agressividade, mas tem alguns alunos, destes que estamos falando que tem espírito de liderança com os demais, mas mantém uma relação normal. A gente percebe as vezes nos intervalos que eles se agrupam, se certa forma por situação, vejo as vezes uns três sempre conversando.</p>
E 3	<p>É boa. Boa.</p>	<p>Eles têm uma boa relação. Claro que às vezes tem alguns conflitos, normal. E eles sabem, eles não têm nenhum preconceito, mas eles sabem que é filho do fulano sabe. E quando eles se juntam na hora do recreio eles se juntam pela questão (...) às vezes se agrupam, principalmente os três, o R e o L e às vezes a Y, acho que pela situação em comum, talvez.</p>
E 4	<p>Também varia porque assim oh é porque são várias crianças, né? Vários alunos. Então se eu te pegar dois ou três são <i>eh</i> são tranquilos. Respeitam, obedecem. Agora já outros são mais explosivos, não querem fazer o que o professor manda, em função de horário, isso tudo muda, porque se eu pegar os menores, os menores são mais tranquilos. Nos maiores já se nota uma resistência.</p>	<p>Se dão bem, os menores são tranquilos, os maiores são mais espontâneos fazem amizade rápido.</p>

Segundo a tabela, percebe-se que a relação entre alunos e professores é boa, eles afirmam que os alunos são *tranquilos*, porém, ressaltam que existem algumas peculiaridades entre estes alunos com familiares encarcerados. Quando questionados sobre a relação destes alunos com os demais da escola, os entrevistados 2 e 3 destacam o relacionamento de três alunos, o **R**, o **L** e a **Y** que se agrupam isoladamente no momento do recreio, conversam. Os entrevistados acreditam que tal fato se dá pela realidade a qual estes três alunos vivenciam, uma realidade em comum, “familiares presos”.

Embora a escola não seja um grupo, mas um meio, ela propicia o surgimento de grupos em seu interior, que podem agir, ou não, de acordo com os objetivos escolares. Para Wallon, a escola, por ser um ambiente coletivo que compreende circunstâncias físicas, humanas e ideológicas, tem um papel fundamental no processo de socialização e formação da personalidade e da consciência individual.

Assiste-se aqui [na escola] a uma forma de socialização extremamente nítida: socialização que se traduz pela cooperação, que se traduz igualmente pela exclusão, que se traduz pela rivalidade e que se faz acompanhar duma individualização correlativa (Wallon, 1975, p. 215).

Na escola, o processo de socialização e individuação caracteriza-se pelo binômio inclusão e exclusão, pois ali as crianças têm a possibilidade de se perceberem como fazendo parte de um grupo e, ao mesmo tempo, serem excluídas de outros.

Tanto os filhos de homens presos como de mulheres presas podem enfrentar dificuldades semelhantes – por exemplo, a quebra de vínculos e a estigmatização. A quebra de vínculos pois o familiar preso deixa de fazer parte de seu convívio. Cada criança sente de uma forma a situação, algumas de forma mais intensa, depende da relação com o familiar, e quando ainda no caso do aluno **R**, que teve seus pais presos e o irmão mais velho, essa mudança de seu cuidador, a perda de apoio emocional e familiar, deve ser levado em conta para entender certos comportamentos. E dependendo da idade ainda se torna mais difícil o enfrentamento da situação.

Quanto a estigmatização, foi tratada no capítulo 5 desta dissertação. Porém reafirmo, é preciso separar a criança da conduta dos pais. Enfrentar esse estigma e acolher com muita atenção, vai ajudá-los na superação das

dificuldades e vai fazê-lo sentir-se parte da comunidade educativa. Ele vai passar a ver a escola como espaço de proteção e acolhimento; como local privilegiado de proteção e desenvolvimento humano; num lugar que promove a dignidade e o respeito.

Como Freire (1995) já apontou, as escolas não são espaços exclusivos para o puro aprender e para o puro ensinar. São locais nos quais se estabelecem vínculos e se criam expectativas e sentimentos. Ou seja, ensinar não pode ser constituído por um simples repassar ou transmitir conhecimentos.

A escola é um espaço de aprendizagem, experiências, um dos mais importantes espaços de promoção à cultura, à autonomia, à diversidade, à educação formal, composta por sujeitos e pelas relações estabelecidas entre eles. De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Sabe-se que a escola tem o papel de proporcionar a formação do indivíduo enquanto ser social conhecedor, pensante, crítico, participante e ativo nos diversos contextos sociais nos quais os envolvidos estejam inseridos, assim, apresenta-se o papel de, em meio aos conflitos, intervir, mediar e orientar para o convívio e o relacionamento a partir dos valores morais e éticos.

No entanto é no seio familiar que o indivíduo terá as primeiras noções de normas e valores sociais a que ele deve submeter-se. É papel fundamental da família a educação da criança e o seu enquadramento nos valores culturais e morais em que essa família está inserida. Ora, se a família é a base da sociedade, se é nela que essas crianças encontram o modelo que deve seguir em sua vida social, que atitudes devem ser esperadas de uma criança que nasce e/ou cresce em meio à criminalidade?

No quadro 4, apresento a questão da influência que a família exerce, os reflexos do encarceramento de familiares na vida escolar desses alunos. Foi questionado aos entrevistados como eles percebiam se a realidade a qual as crianças estavam inseridas influenciava ou refletia de alguma forma, em seus comportamentos na escola.

Quadro 4:

Entrevistado (a)	Influências/Reflexos do encarceramento de familiares na vida escolar (Comportamentos e Escolhas)
E 1	<p>Aí a autoestima deles caía lá embaixo. Eles ficavam muitos tristes. Daí como a gente trabalhava isso? Daí tanto a orientadora como eu a gente conversava com eles porque eles choravam muito né. (...) Daí se mostra que eles podem seguir outro caminho, que só através da escola eles vão conseguir sair disso. Só que alguns chegam na escola e dizem "professora não tem, eu tenho que seguir o caminho do meu pai", sabe, alguns chegam a falar isso pra gente. E a gente se sente assim impotente, porque a vontade que tinha era pegar essas crianças e tirar para bem longe dos pais. Mas os pais na sociedade brasileira hoje não perdem o direito a guarda do filho, então essas crianças por mais que os pais estão errados, eles têm que ficar com os pais. E o que acontece é quando eles estão com 12,13 anos os pais colocam eles para traficar. Isso as crianças relatam que o pai fica devendo e a mãe tem que pagar ou ele próprio tem que pagar, principalmente quando eles fazem 13,14 anos. Já teve caso de crianças nossas, um aluno que tinha 14 anos estava indo super bem na escola, com notas boas, inclusive ia ser adotado por outra família porque ele estava no Lar de Passagem, e a mãe veio, conseguiu pegar ele de volta, e levou ele para o crime. Hoje ele está preso. Então nós estamos lutando contra uma realidade que vem vindo, e isso as vezes nos deixa impotente, sabe. Porque a teoria é uma coisa, a prática é outra.</p>
E 2	<p>Eles têm algumas atitudes de indisciplina né, mas são aleatórias, não são frequentes. Normalmente quando ocorre são encaminhados para o SOE (Serviço de Orientação Escolar). (...) Nós já tivemos alunos usuários, mas agora não, um está evadido, outro foi transferido, mas né, sempre reflete de alguma forma alguma atitude. Seria até, digo, raro né se não influenciasse.</p>
E 3	<p>Ah sim, com certeza influencia, na maioria negativamente, infelizmente. Sabe que o R tem um comportamento diferenciado, ele tem uma liderança, uma liderança velada. Claro que tem os alunos que são mais retraídos, mas às vezes é momentâneo, tipo quando eles têm notícias dos pais, eles ficam tristes, não querem participar das atividades. Eles se dão bem com os colegas, mas como eu disse antes, alguns se agrupam, acho que se identificam de alguma forma né.</p>
E 4	<p>Acredito que influencia, na reprodução de alguns comportamentos. Principalmente os negativos, bah é difícil falar sabe, mas tem um aluno aqui com um perfil complicado, não queria dizer marginalizado, não sei se é essa a palavra, mas ele tem perfil de quem seguirá os passos dos pais sabe.</p>

	Complicado! (...) Tem aluno que a gente percebe que apoia os pais, não os crimes, mas de alguma forma defende. Mas varia de cada um. Outros a gente percebe que, assim, não quer isso pra ele.
E 5	Na maioria sim. Seria impossível não refletir a realidade deles de alguma forma. Afinal é de onde eles vêm, é família.
E 6	Ao longo do tempo, interfere , porque o aluno tem a vida escolar, em sala de aula, na escola. Mas tem a vida fora, que afeta né diretamente aquela criança.
E 7	Ah influencia sim, porque se eles não têm uma base , porque o adolescente principalmente ele segue o adulto né. Ele desde criança tá aqui e tá vivendo isso, é pai, é mãe, é irmão, no caso o R, que exemplo ele vai ter? Precisa ter uma cabeça muito forte para não seguir esse caminho. E o L, pelo jeito de ser dele, eu acho que ele não vai seguir esse caminho, mas não é nada certo né.
E 8	Olha, com certeza influencia , influencia bastante, na verdade o R por exemplo, ele idolatra o pai, é meio difícil não influenciar , pelos exemplos que eles têm, de alguma forma a situação afeta.
E 9	Eu acredito que tem sim . Relação deles na rua acredito que tem.
E 10	Acredito que a família influencia muito no comportamento do aluno . Nesse sentido, acho que deve ser realizado um trabalho conjunto entre escola e família para oferecer todo o devido suporte para que o indivíduo (estudante) se desenvolva plenamente tanto na questão dos estudos quanto emocional.

Fonte: Dados da Pesquisadora/2023

Dos dez entrevistados, todos acreditam que a situação de encarceramento de familiares reflete ou influencia de alguma forma na vida escolar dos estudantes (filhos e parentes) próximos aos presos.

Nos grupos familiares, cada membro desempenha um papel determinado e ocupa um lugar específico nas relações estabelecidas, ou seja

A ação que a família tem sobre a criança é o resultado da sua estrutura que não pode suportar amputações nem desvios sem trazer consequências mais ou menos graves para cada um dos seus membros. Ela contém papéis essenciais: o do pai e o da mãe, por exemplo, que dificilmente se podem substituir (WALLON, 1975, p. 168)

A formação da personalidade da criança é fortemente influenciada pela família, assim, a falta da unidade familiar, os conflitos em família são as causas de grande parte da criminalidade. No entanto, a criminalidade presente dentro do vínculo familiar deve ser entendida como algo que é transmitido através de atitudes e comportamentos, os quais são aprendidos pelos filhos segundo exemplos dos pais.

Na fala dos entrevistados 3, 7 e 8, dão destaque ao perfil do aluno **R**, destaco os seguintes fragmentos:

E3 - Ah sim, **com certeza influencia, na maioria negativamente**, infelizmente. Sabe que o **R** tem um comportamento diferenciado, ele tem uma liderança, uma liderança velada.

E7 - Ah **influencia sim, porque se eles não têm uma base**, porque o adolescente principalmente ele segue o adulto né. Ele desde criança tá aqui e tá vivendo isso, é pai, é mãe, é irmão, no caso o **R**, que exemplo ele vai ter?

E8 - Olha, **com certeza influencia**, influencia bastante, na verdade o **R** por exemplo, ele idolatra o pai, **é meio difícil não influenciar**, pelos exemplos que eles têm, de alguma forma a situação afeta

O aluno **R** possui pai, mãe e irmão presos na PERG, **R** está atualmente sob os cuidados da avó paterna. Uma pessoa da equipe diretiva relatou que durante um determinado fato que ocorreu na escola sobre o uso de celular, o aluno levou uma advertência e ao retornar para a escola no outro dia acompanhado da responsável, a avó desse aluno solicitou que esta pessoa da equipe diretiva atendesse uma ligação no celular dela. Mesmo estranhando a atitude, atendeu. Nesta ligação estava o pai do aluno, questionando a advertência em tom de ameaça, ligação esta realizada de dentro da unidade prisional.

De acordo com dados coletados nas entrevistas e a escrita do Diário de Campo durante a pesquisa, percebe-se que, para o aluno **R**, a conduta dos familiares não é vista como errada, o mesmo ainda se vangloria da fama do pai na comunidade.

Conforme Marcelino (2004), se são os pais, os principais modelos observados pelos filhos, se são verdadeiros heróis, inconscientemente, tudo aquilo que o pai faz é bom aos olhos do filho, o que se pode esperar é que todas as suas condutas sejam reproduzidas, como algo natural, mesmo porque, até que a criança possa entender q natureza dessas condutas, ela já pode tê-las absorvido como justas, pois se o seu “próprio pai” ou sua “própria mãe” fazem, não há por que hesitar.

Percebe-se pelas respostas dos entrevistados que em sua maioria acredita que existem influências da realidade vivida, e essa influência é negativa. Como disse o entrevistado **E7 “Precisa ter uma cabeça muito forte para não seguir esse caminho”**, a criança precisa ser preparada para entender a situação que está vivendo. Precisa de apoio emocional e psicológico para assimilar a situação, tirando da experiência vivida lição ou exemplo.

Schilling e Miyashiro (2008) discutem como pode ser enfrentada a educação inclusiva nas escolas, já que esta sempre foi direcionada para os indivíduos com necessidades especiais (cognitivas, motoras ou perceptivas), uma vez que o cenário mudou, sendo necessário incluir nesse grupo outros indivíduos que também apresentam necessidades, como as minorias e os filhos de encarcerados. A sociedade os vê como o filho, a mulher, a família do “preso”. Desta forma, ser filho de preso acaba tendo um grande peso. As autoras fazem uma reflexão no sentido de rever como esta situação pode ser avaliada no âmbito da escolar.

Contudo, a escola pode oferecer um importante apoio, principalmente emocional, se proporcionar relações significativas em seu interior e oferecer um ambiente oportuno de desenvolvimento e aprendizagem. No caso dos grupos para acolhimento aos filhos de pessoas presas, as escolas poderiam praticar uma educação emancipatória e reflexiva que auxilie no combate à violência e ao preconceito. No universo da prisão, os pais podem até serem culpados pelo crime/delito cometido, mas as crianças também acabam sendo punidas pelo afastamento do familiar e pelo impacto que esta prisão provoca em seus desenvolvimentos, especialmente em seus percursos escolares.

Ao se falar que a escola deve propiciar acolhimento e uma educação reflexiva, o quadro 5 traz as respostas de seis entrevistadas que atuam

diretamente em sala de aula com os alunos que possuem familiares encarcerados. E diante da percepção da realidade destes alunos, foi perguntado a elas se se sentiam aptas/capacitadas(os) para discutir a temática sobre violência e criminalidade em sala de aula.

Quadro 5:

Entrevistado (a)	Apto/capacitado (a) para discutir a temática sobre violência e criminalidade
E 5	Olha, as vezes sim, as vezes não. (...) Tem situações delicadas aqui na escola (...) tem coisas difíceis, realidades bem difíceis. Mas o que está ao meu alcance eu resolvo, oriento.
E 6	Olha, apta não sei se seria a palavra , eu sempre com o meu conhecimento eu levo pra eles (...) Nós lemos bastante coisa, temos que estar estudando para dar conta. Às vezes preciso de alguém que ajude. É um trabalho conjunto também né.
E 7	Olha, difícil te dizer, a gente conversa no geral assim, é no geral, só no geral. (...) Mas específico com algum aluno, não converso, isso eu passo para orientação.
E 8	Olha, talvez. (...) de alguma forma conseguimos passar alguma mensagem, mas para uma discussão mais direta, a escola busca parcerias com profissionais da área para vir á escola.
E 9	(...) Mas sobre o tema em si, não me sinto preparada , teria que preparar algo para trabalhar, estudar sobre.
E 10	Não me sinto preparada. (...)

Fonte: Dados da Pesquisadora/2023

Todos os entrevistados, que trabalham em sala de aula, afirmam que, não se sentem totalmente seguras para discutir sobre violência e criminalidade. Algumas relatam que conversam de forma superficial com os alunos, até mesmo quando eles relatam algum fato, isso é debatido em sala de aula, mas não de forma mais específica.

A questão crucial desta dissertação é, com toda a certeza, pode a escola, apesar da realidade onde se insere, educar para a paz? É possível a escola, enquanto instituição social, criada historicamente para determinados fins, construir essas novas relações?

A tarefa de educar sempre esteve presente em nossas relações sociais. Não há dúvidas de que grande parte daquilo que nos torna humanos é fruto de nossas aprendizagens ao longo da vida. Longe do intuito de tratar aqui tipos de aprendizagens. O foco é sobre a problemática, do quanto é difícil trabalhar a

temática da prevenção a violência e criminalidade, educação para a paz em uma escola de periferia com uma realidade específica.

Quando se fala dessa realidade específica, é a realidade da comunidade que cerca a escola, das estruturas familiares e dos alunos, seria fácil talvez pensar em organizar uma palestra sobre Prevenção as Drogas e a Violência, trazendo convidados para a escola, como pessoas que atuam na área da Segurança Pública, porém isso poderia 'de forma pontual' trazer informações pertinentes aos alunos, mas de acordo com o perfil dessa escola, nem sempre esse tipo de atividade é recebido de forma informativa. Devido a realidade vivenciada pelos alunos com familiares encarcerados, bem como seus amigos e colegas, esse tipo de atividade é percebido de forma repressiva, e acaba não tendo o efeito que deveria.

Trago como exemplo dois fatos relatados pelo **E1**, durante as visitas á escola. Primeiro fato, durante uma palestra sobre Violência Doméstica, o aluno **B do 9º Ano**, debochou da fala da palestrante, com falas do tipo “mulher tem que respeitar o cara”, “agora não pode nada, se apanha é porque mereceu”, o aluno foi retirado da atividade por um membro da equipe diretiva para que não atrapalhasse a palestra, foi orientado e seu responsável foi chamado na escola. Porém cabe relatar que o crime cometido pelo avô, foi tentativa de homicídio contra sua companheira, na qual após atropelar a mesma, desceu do carro e a agrediu com golpes de faca. O avô deste aluno foi condenado a 12 anos de prisão e cumpre pena no PEJ. Segundo fato, também aconteceu durante uma palestra com temas diversos, onde a palestrante era Delegada de Polícia, onde a aluna **K do 5º Ano**, reconheceu a Delegada e iniciou uma crise de ansiedade, pois a menina estava presente quando polícia invadiu a sua casa e assistiu sua mãe sendo levada presa. A menina foi retirada da palestra, levada para a sala da Orientadora e mesmo após se acalmar, pediu para não assistir.

A reflexão destes episódios é que ao mesmo tempo que se percebe que a escola procura oportunizar momentos de aprendizagem e conscientização aos alunos, também fica claro que trazer para a escola agentes da segurança pública que de certa forma participaram de fatos que marcaram negativamente a vida de alguns alunos, não está surtindo o efeito esperado e necessário.

Então, como deve ser abordada a temática sobre a violência e criminalidade nas escolas? Como buscar a conscientização para romper o ciclo

da violência? Procurando conhecer o seu contexto e por que ocorrem? O ideal ou o pertinente, seria os professores conhecerem o contexto o qual a escola está inserida, bem como a realidade dos alunos ou algumas peculiaridades destes. Pois sabe-se que no dia a dia escolar são várias as formas de violências que atrapalham o processo ensino aprendizagem e as relações no ambiente escolar. São alunos indisciplinados, muitas vezes por desrespeito, outras por um grito de socorro, outras por refletirem suas vivências. É preciso, praticamente, utilizar a escola, como um laboratório, aprender com a realidade, para estabelecer dinâmicas que oportunizem ações voltadas para a não violência.

Um destaque para as falas destas entrevistadas:

E 6 - Olha, **apta não sei se seria a palavra**, eu sempre com o meu conhecimento eu levo pra eles (...) Nós lemos bastante coisa, temos que estar estudando para dar conta. Às vezes preciso de alguém que ajude. É um trabalho conjunto também né. (grifo da pesquisadora)

E 9 - (...) Mas sobre o tema em si, **não me sinto preparada**, teria que preparar algo para trabalhar, estudar sobre. (grifo da pesquisadora)

É possível perceber, através das falas, a necessidade que os professores têm de aprender sobre a educação para a não violência, de refletir sobre a prática docente e reestruturar as suas ações, tendo como foco os fatores que influenciam diretamente na promoção da cultura de paz.

Ainda mais com situações que a mídia nos mostra diariamente, inúmeros episódios de violência escolar, muitos deles ocorridos em escolas (atentados ocorridos em diversas cidades no RS e outros estados), e fora dela também crianças e adolescentes sofrendo por diversos tipos de violência (psicológica, física, sexual), isso reflete dentro da escola e é refletido nas relações fora do ambiente escolar também, isto é, mudanças de comportamentos destes alunos que vivem em meio a violência e a criminalidade, que é uma das principais causas da desestruturação das famílias.

Toda forma de conflito e violência dentro e fora das escolas desencadeia graves consequências e afetando principalmente na aprendizagem, necessitando envolver família e escola nesse processo. Se faz necessário

encontrar uma forma de convivência pacífica, no sentido de resolver os conflitos de uma forma em que o diálogo prevaleça.

(...).a escola pode ajudar promovendo uma educação que valorize as relações humanas e sociais e tenha como exercício cotidiano a busca da solidariedade, da amizade, da cooperação, da construção da paz, do respeito, da ética e dos valores fundamentais da pessoa humana (NUNES,2011, p.22).

Educar para a Paz, no seu sentido mais amplo procura transformar a cultura da guerra e da violência na cultura da não violência, do diálogo e da tolerância. Não se trata em negar as diferenças, as realidades e os conflitos, mas de enfrentá-los de forma positiva, ou seja, de forma não violenta.

Partindo da ideia de uma educação transformadora, devendo desenvolver o aluno por completo, formando-o para a cidadania e para a convivência em sociedade. Portanto, os professores e/ou a escola precisam proporcionar o maior número possível de oportunidades para o desenvolvimento do aluno enquanto ser humano, através de atividades artísticas e culturais, esportivas, além da sala de aula, no intuito de retirá-los da situação de vulnerabilidade, de violência que alguns estão expostos.

O quadro 6, traz trechos das respostas dos entrevistados referentes a importância da Escola como ferramenta para romper o ciclo da violência, sobre como os entrevistados compreendem o papel da escola, bem como da educação, na vida dos alunos, principalmente aqueles com familiares encarcerados.

Quadro 6:

Entrevistado (a)	Importância da escola como ferramenta para romper o ciclo da violência
E 1	<p>(...) é o único caminho que tem, é a escola. Mas se não tiver uma escola de qualidade, uma escola pública comprometida com a educação transformadora, transformadora mesmo né, que seja capaz de transformar a realidade deles. E tem que ter um trabalho em rede sabe, isso falta muito. Porque se toda rede, a Secretaria da Cidadania, a Promotoria, o Juizado, sabe, se todos trabalhassem juntos essas crianças mudariam a situação sabe. Porque não poderia no Brasil os pais, os dois serem presidiários e pegar o filho e fazer ele continuar sendo do crime. Se existisse uma Lei que esse filho não voltaria mais pra ela, que ele tivesse chance de outra família adotá-lo, sabe uma família do bem. Essa criança teria outra oportunidade na vida, e essas crianças não estão tendo,</p>

	estão tirando o direito dessa criança de mudar de vida. Porque ela é obrigada a ficar com o pai ou com a mãe, ou responsável que na verdade é um familiar que faz parte do mesmo ciclo. Então falta um trabalho em rede , uma união de esforços.
E 2	Muito! Nossa, muito mesmo! Mas acredito que para que funcione né, a escola deve buscar iniciativas , mas também os pais devem ser mais participativos , só assim poderíamos de alguma forma romper este ciclo.
E 3	Sim, com certeza, mas sabe né, a escola busca trabalhar valores , oportuniza palestras informativas, mas também tem as famílias elas deviam ser mais participativas, participativas não só vir na escola quando chamada, mas nas atividades, se interessar pelo desempenho escolar deles.
E 4	(...) eu acredito demais nisso, mas precisa de mudanças sabe. INTERVENÇÃO da Pesquisadora: Que tipo de mudança? (E 4) Assim, em vários sentidos, mudança desde a questão de currículo , a participação da família , na conscientização da família da importância da escola , se a família não tem consciência dessa importância fica bem difícil sabe, porque eles passam pouco tempo com a gente sabe. E a maioria das pessoas próximas a esses alunos da tua pesquisa não dá importância pra escola, porque a maioria deles não concluiu os estudos, isso influencia né, porque eu acredito muito no exemplo . Se eles não têm em quem se espelhar se torna cada vez mais difícil.
E 5	É também de suma importância, a escola busca palestras para eles. Assim trabalhamos conjuntamente. A escola precisa ser exemplo, referência, já que muitas vezes essa referência não vem de onde deveria, da família.
E 6	Importantíssimo e fundamental, eu sempre falo para minhas colegas, que aqui a gente tem voz pra isso, um espaço, porque eles têm um tempo do dia deles aqui na escola, então tu consegue né, através de debates, discussões em aula porque eles mesmo trazem muita coisa, e tu aproveita essas coisas que eles trazem da realidade. (...) porque a escola é um conjunto de pessoas, todos trabalham juntos, então sempre o professor deve ter esse diálogo com os outros professores também né. Porque aqui a gente tem professores de anos, que conhecem as famílias também. Porque quando tu já conhece o aluno, a realidade e tudo, consegue fazer um trabalho conjunto. Porque só o professor em sala de aula, não resolve.
E 7	A gente na sala de aula, a gente não trabalha só na disciplina de Ensino Religioso os valores (...) tudo a gente procura trabalhar, seja chamando um palestrante ou conversando com eles. No geral sempre assim.
E 8	Então, eu acredito que seja através do exemplo , de mostrar para eles o caminho certo. Mostrar as possibilidades. (...) é um conjunto, num todo. Trabalhar para mostrar o caminho certo.

E 9	É fundamental, de extrema importância, na verdade é uma corrente, tem que ser trabalhado em conjunto desde a direção até a sala de aula. (...) Sempre mantendo diálogo e respeito.
E 10	Assim, vejo como objetivo da escola, desenvolver o educando para o exercício da cidadania , isto é, formar um indivíduo consciente (...) Acredito que o professor precisa ser como um modelo . Ele precisa: saber conviver com todos, tratar todos com muito respeito, usar uma comunicação não violenta , estimular uma interação saudável.

Fonte: Dados da Pesquisadora/2023

Todos os entrevistados, afirmam a importância da escola como ferramenta para romper o ciclo da violência, utilizam palavras como 'caminho', 'importante', 'fundamental', 'família' e 'valores', de forma necessária.

Um dado que está presente nos depoimentos dos entrevistados é a ausência de referências familiares e a falta de participação da família na vida escolar. Segundo eles, a família não assume ou pouco assume o papel na educação dessas crianças. Uma entrevistada declara:

[...] a participação da família, na conscientização da família da importância da escola, se a família não tem consciência dessa importância fica bem difícil sabe, porque eles passam pouco tempo com a gente sabe. E a maioria das pessoas próximas a esses alunos da tua pesquisa não dá importância pra escola, **porque a maioria deles não concluiu os estudos, isso influencia né, porque eu acredito muito no exemplo. Se eles não têm em quem se espelhar se torna cada vez mais difícil.** (E 4). (Grifo da pesquisadora)

Constata-se também o desleixo dos estudantes em relação à escola e aulas. A situação é mais grave, pois menor de hoje é o adulto de amanhã, e necessitaria de base sólida para o bom desenvolvimento e são nos espaços de convivência pacíficas que será formado o caráter de nossos adolescentes.

(...) em favor de uma cultura de paz e não-violência, que tem como princípio fundamental o respeito à vida dos demais, a vivência dos direitos humanos, os princípios democráticos de convivência e a prática das estratégias não-violentas de resolução de conflitos. (JARES, 2008, p.35)

Viver em paz, crescer em um ambiente próprio é o que todo ser humano deseja. Mas, nem sempre é o que nossa criança e nosso jovem encontram em sua família. É na escola que, muitas vezes, surgem conflitos e violências. São

muitos e novos arranjos familiares, muitas culturas diferentes, e no caso dos alunos com familiares encarcerados estão incluídos em um mesmo espaço, que precisa de muita atenção para que não se torne um reprodutor de comportamentos negativos. Regras são necessárias, porém, muitas vezes é melhor serem construídas em conjunto, repressão nem sempre leva à educação, e sim a revolução, e quem já tem alguma experiência no assunto sabe do que estou falando, os conflitos precisam ser mediados de preferência pelos pares ou se não for possível por terceiros que estejam preparados para esse momento.

Assim como na fala posterior, outra entrevistada dá ênfase à ideia de que a família deveria ser exemplo.

[...] A escola precisa ser exemplo, referência, já que muitas vezes essa referência não vem de onde deveria, da família. (E 5)

A educação da criança, quando bem sucedida na família, serve de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento quando for adulto. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter destas crianças.

Nessa mesma perspectiva Kaloustian (1988) afirma que a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Destaco também as seguintes falas de alguns entrevistados:

E 2 - Muito! Nossa, muito mesmo! Mas acredito que para que funcione né, a escola deve buscar iniciativas, **mas também os pais devem ser mais participativos, só assim poderíamos de alguma forma romper este ciclo.**

E 3 - Sim, com certeza, mas sabe né, a escola busca trabalhar valores, oportuniza palestras informativas, **mas também tem as famílias elas deviam ser mais participativas, participativas não só vir na escola quando chamada, mas nas atividades, se interessar pelo desempenho escolar deles.**

As escolas refletem o andamento das famílias, com a colaboração da família, no cumprimento do seu papel, poderemos, se não eliminarmos o problema, pelo menos minimizarmos, melhorando a convivência no ambiente escolar.

8. DESCRIÇÃO E TRANSCRIÇÃO DOS CÍRCULOS

O círculo constitui um espaço de construção coletiva do saber e de análise da realidade social, pois permite a reflexão conjunta, o confronto de ideias e o troca de experiências entre os participantes.

A opção pelo espaço circular é que ele garante mais autonomia aos participantes, leva ao empoderamento, gera horizontalidade nas relações e é uma poderosa ferramenta para o diálogo. Algumas professoras não se manifestaram verbalmente, não se negaram a participar, porém responderam a questão para debate de forma escrita.

A proposta da pesquisa era realizar quatro temáticas de círculos de estudos, com todos os participantes da pesquisa, porém devido a disponibilidade dos professores foram realizadas apenas três temáticas. Estava tendo dificuldades em organizadas os encontros, visto que uns professores atuam a tarde, outros pela manhã, diferentes dias de planejamento. O que como pesquisadora me desmotivou por um momento, foi um pouco frustrante não poder realizar a pesquisa como gostaria. Mas acredito que faça parte do processo, há imprevistos e nem sempre conseguimos seguir como estava previsto. Dos dez participantes da etapa inicial, nove participaram da etapa final, pois uma participante está de afastamento médico.

Foi realizado um breve relato apresentando os dados coletados no decorrer da pesquisa, de forma pontual. As discussões dos círculos foram divididas em três temáticas, onde dei início com a apresentação e logo após trouxe uma questão para debate e solicitei que participassem dando sua opinião de como podemos pensar em novas possibilidades para a superação do ciclo da violência. Ressalto que durante as discussões foi utilizado gravador, e o recurso DITAR do Office, onde conforme o participante fala, o word digita.

Temática 1: Projeto Político Pedagógico – Uma proposta para a não-violência

Temática 2: Formação Continuada – possibilidades de qualificação.

Temática 3: Importância da Família – busca da conscientização da família sobre a importância de uma educação longe da violência e da criminalidade.

Cada temática será desenvolvida individualmente nos tópicos abaixo, onde serão apresentadas algumas falas dos participantes durante as discussões, bem como o embasamento teórico através de autores que contribuem para a discussão.

8.1 Projeto Político Pedagógico – Uma proposta para a não-violência

Foi apresentado durante o diálogo, o resultado da análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar (RE) da EMEF. Conforme os documentos analisados, mostrou-se que a preocupação com o problema da violência, não consta no PPP nem no RE, na busca por palavras como violência, criminalidade e paz dos documentos, nada foi encontrado. Sendo que violência e criminalidade configuram como uma inquietação da comunidade escolar.

Questão para debate: Como poderia ser construído coletivamente abrangendo a temática da não e da Cultura da Paz?

Quadro 7:

Participante	Algumas contribuições:
P 1	<ul style="list-style-type: none"> (...) Não está incluído no PPP e no Regimento o tema violência, vamos considerar e juntamente com a comunidade escolar incluir ações de paz e amor em nossa escola. Embora nós termos muitos alunos filhos de apenados, não temos problemas graves de violência escolar, ao contrário os pais apoiam todas as nossas ações e cuidam a nossa escola.
P 2	<ul style="list-style-type: none"> O Projeto e o Regimento da Escola deverão incluir nas próximas atualizações esse tema relacionado a violência e criminalidade, uma vez que estão aparecendo agora nas comunidades escolares e antes não existia ou esporadicamente acontecia casos semelhantes.
P 3	<ul style="list-style-type: none"> Embora a escola não tenha registrado no projeto político pedagógico, já fazemos esse tipo de trabalho, inclusive com a presença da Delegada, do Promotor Público, do Juiz, então a gente já tem esse tipo de trabalho é só fazer o registro.
P 4	<ul style="list-style-type: none"> Quinzenalmente, a equipe escolar se reúne para discutir temas pertinentes à escola (projetos, andamento das turmas, alunos específicos, ...). Nessas reuniões, é possível que esse tema seja discutido e propostas sejam pensadas em conjunto e realizadas na

	escola, nos documentos e na prática.
P 5	<ul style="list-style-type: none"> • Desde que eu entrei aqui os temas transversais são trabalhados, tanto é que na parte do ensino religioso a gente até sai um pouco fora do que manda a BNCC, a gente dá aquela partida das religiões para conhecimento básico com todos os alunos, mas a gente trabalha mais aos valores, a amizade, o respeito, a violência, a partir das drogas, toda essa parte é trabalhada no ensino religioso como temas transversais. • Eu dou ensino religioso no turno da manhã e trabalho com meus alunos na tarde desta forma independente de ter ou não isso incluído, mas está dentro dos valores que a gente trabalha nos temas transversais. • Mas é uma proposta a se pensar, conversar com a direção, porque a gente que faz em conjunto o PPP, todo ano, todo final de ano a gente monta o PPP que vamos ver as adequações do que colocar, então é uma proposta.
P 6	<ul style="list-style-type: none"> • A nossa comunidade escolar é tranquila. Porém sabemos que por aí os casos de violência estão cada vez mais frequente. Com relação a isso, é importante organizar ciclos de palestras e debates de forma contínua para conscientizar os discentes sobre essa problemática.
P 7	<ul style="list-style-type: none"> • Comparando a outras escolas, a gente vê toda hora o boletim de ocorrência briga entre alunos, briga entre os pais dos alunos, isso aqui não acontece. Dentro da escola não, porque temos um controle, não tem, por isso não conste, talvez por isso a gente não achou necessário. Podemos, fazer um tópico que fale, porque na reformulação do PPP que teve este ano, a gente colocou sobre vários itens que ainda precisam ser adicionados como inclusão, a inclusão digital e outros mais. • Mas não deixa de ser trabalhado porque ele é um tópico da BNCC, violência, agressividade, o cuidado com o próximo, a tolerância, o respeito, até onde os limites isso já está para ser trabalhado principalmente são itens para os professores de religião. Mas a gente não viu com este olhar, se faz necessário trabalhar isso, ainda não consta, até para nossa segurança se perceber algo acredito que a gente vá acrescentar, temos autonomia para fazer isso por isso.
P 8	<ul style="list-style-type: none"> • A construção do PPP deverá ser feita com a participação de toda a Comunidade Escolar (docentes, discentes, pais, funcionários). • A violência não acontece na escola, existe discentes que enfrentam problemas familiares com uso de drogas e encarceramento. • A maioria dos discentes que seus familiares estão envolvidos com esses problemas citados são bons alunos, alguns com dificuldades de aprendizagem, mas alguns não manifestam problemas disciplinares.
P 9	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos como o PPP não são fixos e nem concluídos, são documentos que precisam ser revisitados para analisarmos e

	<p>refletimos sobre eles e na maioria dos casos precisam ser alterados ou modificados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Temas como a violência e criminalidade vivenciado pelos alunos e comunidade escolar, precisam estar inseridos nos projetos construídos coletivamente. • A finalidade do projeto político é dar “vida” e continuidade a um trabalho que se almeja e pretende realizar na escola com os alunos. Seria o início a ser dado para essa proposta.
--	---

Fonte: Dados da Pesquisadora/2023

Toda escola tem metas, objetivos e sonhos a serem realizados. O conjunto dessas metas e os meios para realizá-las é o que dá forma ao projeto político-pedagógico. Por isso, o chamado PPP serve como referência e um norte para os agentes envolvidos na ação educativa da escola e não deve ser feito apenas para cumprir uma formalidade e ficar guardado na gaveta.

A maioria dos participantes concordam que a temática deve ser incluída nas próximas revisões do PPP, destaco algumas falas dos participantes:

P1: Não está incluído no PPP e no Regimento o tema violência, vamos considerar e juntamente com a comunidade escolar incluir ações de paz e amor em nossa escola.

P2: O Projeto e o Regimento da Escola deverão incluir nas próximas atualizações esse tema relacionado a violência e criminalidade.

P3: (...) é possível que esse tema seja discutido e propostas sejam pensadas em conjunto e realizadas na escola, nos documentos e na prática

P5: Mas é uma proposta a se pensar, conversar com a direção, porque a gente que faz em conjunto o PPP, todo ano, todo final de ano a gente monta o PPP que vamos ver as adequações do que colocar, então é uma proposta.

P7: (...) podemos, fazer um tópico que fale, porque na reformulação do PPP que teve este ano, a gente colocou sobre vários itens (...). Mas a gente não viu com este olhar, se faz necessário trabalhar isso, ainda não consta, até para nossa segurança se perceber algo acredito que a gente vá acrescentar, temos autonomia para fazer isso por isso.

P9: Documentos como o PPP não são fixos e nem concluídos, são documentos que precisam ser revisitados para analisarmos e refletimos sobre eles e na maioria dos casos precisam ser alterados ou modificados. Temas como a violência e criminalidade vivenciado pelos alunos e comunidade escolar, precisam estar inseridos nos projetos construídos coletivamente. A finalidade do projeto político é dar “vida” e continuidade a um trabalho que se almeja e pretende realizar na escola com os alunos. Seria o início a ser dado para essa proposta.

Levando em conta as falas, e, principalmente, a fala da P9, o projeto político-pedagógico é um mecanismo eficiente que servirá de base para o

planejamento escolar, além de reunir pessoas e recursos para a efetivação das metas e dos ideais da escola.

Contudo, é preciso que a escola tenha plena consciência da sua identidade e que o PPP seja o resultado de uma construção coletiva envolvendo os vários agentes (educadores, equipe escolar e comunidade como um todo), os quais poderão pensar, planejar, executar e avaliar o seu próprio trabalho.

Gadotti (1998), explica o PPP de maneira sucinta e clara:

- Projeto - a palavra projeto traz a ideia de futuro, ou seja, de plano, de intenções. Por isso, falamos “projetar o futuro”. Portanto, é projeto, pois reúne planos e propostas de ações orientadas a serem executadas por um período, como um compromisso da escola.

- Político – é político porque, conforme Gadotti (1998, p. 16): “Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”.

- Pedagógico – é pedagógico porque define a organização da escola para o que ela pretende ser e realizar, o que exige sistematização das atividades e projetos educacionais necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

O projeto político-pedagógico (PPP) deve refletir o plano geral da escola e os caminhos para a sua plena autonomia e identidade; a sistematização de um processo de planejamento participativo; a manifestação de vontade de todos os atores que participaram de sua elaboração; a cultura da escola e da comunidade em que está inserida.

Dois participantes relatam que mesmo não estando explícito no PPP da escola, a temática é trabalhada por eles, dentro do que preconiza a BNCC, que defende que deve ser trabalhada a cultura de paz nas escolas. Visto que a escola é o local propício para promover um ambiente de respeito e que as diferenças não sejam alvo de exclusão, desrespeito e nem violência.

P5: Desde que eu entrei aqui os temas transversais são trabalhados, tanto é que na parte do ensino religioso a gente até sai um pouco fora do que manda a BNCC, a gente dá aquela partida das religiões para conhecimento básico com todos os alunos, mas a gente trabalha

mais aos valores, a amizade, o respeito, a violência, a partir das drogas, toda essa parte é trabalhada no ensino religioso como temas transversais.

P7: Mas não deixa de ser trabalhado porque ele é um tópico da BNCC, violência, agressividade, o cuidado com o próximo, a tolerância, o respeito, até onde os limites isso já está para ser trabalhado principalmente são itens para os professores de religião. Mas a gente não viu com este olhar, se faz necessário trabalhar isso, ainda não consta, até para nossa segurança se perceber algo acredito que a gente vá acrescentar, temos autonomia para fazer isso por isso.

Valores como respeito, educação, ética, convivência, diálogo e cooperação são muito importantes para a vida em sociedade, então são esses valores que permeiam a Cultura de Paz segundo o que diz a Organização das Nações Unidas (ONU):

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz. (ONU, 2004).

E complementando a questão da Cultura da paz e da não violência, deve-se ressaltar a Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Art. 1º O caput do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X:

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.

Diante dessa Lei, há a necessidade de organizar o ambiente escolar com ações que visem uma conscientização, o ambiente escolar necessita ser

um local agradável, seguro, para que se possa querer participar das atividades propostas com entusiasmo e responsabilidade; fazendo sempre o melhor para assegurar um desenvolvimento pessoal e de grupo.

Acredita-se que a prevenção da violência é um caminho a ser percorrido, pois a partir daí há possibilidades de serem feitas, abordagens e ações de conscientização sendo necessário que haja uma qualificação dos professores para serem mediadores de conflitos nas escolas, pois estão sempre em contato com os alunos.

8.2 Formação Continuada – possibilidades de qualificação.

É importante não somente constar no documento da escola, o qual foi citado acima, mas que os professores tenham esse conhecimento do que é a cultura de paz e consigam desenvolver suas ações tendo como objetivo a humanização do ser em formação, valorizando o seu aluno, conhecendo-o, para, assim, poder intervir e desenvolver um trabalho significativo, tanto para ele como profissional, mas como para o aluno. É neste sentido que este trabalho pretende contribuir.

Questão para debate: Levando em conta, os relatos dos professores, sobre o quanto se sentem inseguros para lidar com a temática, muitas vezes com receio de estigmatizar e/ou criar situações embaraçosas. Como preparar os professores para lidar com situações de violência e criminalidade, na comunidade escolar?

Quadro 8:

Participante	Algumas contribuições:
P 1	<ul style="list-style-type: none"> Nós professores nos sentimos inseguros, pois ninguém tem segurança. O crime está tão bem-organizado que nós corremos perigo sim e o governo não cria ações para proteger de fato nós funcionários. Não nos calamos para as injustiças, mas nossos alunos são tão vítimas dessa situação quanto nós.
P 2	<ul style="list-style-type: none"> Todas as Escolas do município possuem salas de SOE-Serviço de Orientação Escolares e salas de AEE-Atendimento Especializado Escolar, que tratam com professores formados nessa área, os alunos com deficiências múltiplas, amenizando assim os problemas que surgem advindos de salas de aula. O município também, quando necessário, oferece atendimento em locais diferenciados,

	como CRAS, CAPES e psicólogos.
P 3	<ul style="list-style-type: none"> • Trazendo pessoas que realmente entendam das temáticas e que possa ser abordada de maneira significativa que a gente possa aproveitar, a discussão desses temas pra trabalhar também com os alunos, tendo uma visão de como lidar com tudo isso, porque é uma situação bem complicada e as famílias também precisam estar atentas aos filhos.
P 4	<ul style="list-style-type: none"> • Com certeza um psicólogo na escola faria toda a diferença nesse sentido. Para algumas pessoas, a violência pode ser tida como "normal", a ponto de se tornar referência (por exemplo, resolver tudo com violência, se comportar de maneira violenta, interagir com os outros de modo violento). • Eu sempre bato na tecla do psicólogo, mas é porque não vejo outra saída. Sei que as palestras são boas e bem positivas para as crianças. Mas acredito que a mudança só ocorrerá quando a família apoiar a escola. Algumas vezes, os pais nos tiram toda a autoridade. A criança não vai ouvir alguém por quem ela não tem respeito. Não vejo como quebrar esse ciclo sem que haja um trabalho EFETIVO com terapia sendo feita com as crianças e com os familiares.
P 5	<ul style="list-style-type: none"> • Se tiver que trabalhar violência e criminalidade, converso sobre ter que estudar para ser alguém na vida, para não acabar a entrando pro crime, nunca teve esse problema então para mim é normal e eles nunca se sentiram ofendidos assim de ter que trabalhar porque eles sabem que é o que acontece, eles sofrem com esses problemas, não é porque o pai está preso, porque a mãe está presa, porque aconteceu isso, aconteceu aquilo. • Claro às vezes, pode não estar em nossas mãos se o aluno quiser seguir esse caminho, porque a gente é um, é dois, três professores, eles tem uma família inteira que convivem mais com eles. Às vezes a gente consegue, mas é difícil, é difícil por mais que a gente tente.
P 6	<ul style="list-style-type: none"> • Fazendo-se conhecer a realidade do aluno. • Oportunizar palestras e debates, não só para os alunos, como também a Secretaria de Educação oportunizar aos professores uma formação sobre os temas.
P 7	<ul style="list-style-type: none"> • A coisa é muito delicada de se pensar, porque aqui a comunidade é toda envolvida nesse sentido, assim, temos os pais presos, quem não tem, tem seus avós que são, ou os tios, ou vizinhos. • A gente faz assim para tentar ajudar os professores e os alunos sem entrar em detalhes de cada um, são palestras de diferentes tipos de pessoas com diferentes olhares assim para que possa auxiliar até porque eu acho muito difícil sim o professor entrar nesse meio, ainda mais um professor vive dentro da comunidade, muitas vezes são vizinhos, então acho que eles não se sentem confortáveis de poder dizer e o que a gente faz até para auxiliar o professor, e que o professor não precise entrar nessa questão trazemos pessoas de fora da comunidade com uma palestra geral.

	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do momento que cutucou na ferida dele, tu não toca mais, tu perdeu o aluno, ele não se abre mais, não se aproxima mais daquele professor.
P 8	<ul style="list-style-type: none"> • Na escola acontece palestras sobre a temática, por vezes pode acontecer algum momento que se crie alguma situação embaraçosa aí cabe o bom senso do docente em lidar com tais situações. • Na escola acontece reuniões pedagógicas, além dos conselhos de classes, que os docentes colocam essas situações que porventura acontecem. • Mas seria interessante trazer alguém de fora que pudesse auxiliar os docentes nessas situações, como psicólogos.
P 9	<ul style="list-style-type: none"> • Sem dúvida gera insegurança entre nós professores discutir e trabalhar certos assuntos com os alunos. • A formação contínua é de total significância, porque quando conhecemos e aprendemos algo com mais profundidade, isso nos possibilita uma segurança maior para dialogar com todos de forma que os outros também compreendam a importância de trabalhar com os alunos em sala de aula com assuntos de vivência deles e de uma relevância na formação deles.

Fonte: Dados da Pesquisadora/2023

No que se refere à formação continuada destaquei alguns pontos nas falas dos participantes, alguns deles não responderam exatamente a questão em debate, procuraram mais uma justificativa do que uma solução.

Trabalhar de forma conjunta para qualificação profissional dos educadores acredito ser a melhor forma de educar. Como dizia Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Mas principalmente com o aumento da violência nos espaços escolares e da criminalidade no entorno da comunidade escolar, a presença de profissionais da saúde e da assistência social são de suma importância para a atenção a alunos, professores, funcionários e responsáveis.

Destaco essas duas falas:

P4: Não vejo como quebrar esse ciclo sem que haja um trabalho efetivo com terapia sendo feita com as crianças e com os familiares.

P8: Mas seria interessante trazer alguém de fora que pudesse auxiliar os docentes nessas situações, como psicólogos.

Há quem pregue o aumento do policiamento nas escolas, mas tenho convicção de que estes professores estão corretos, de que psicólogos e assistentes sociais, em parcerias firmadas entre unidades escolares e clínicas

da família, trarão efeitos muito mais significativos e benéficos para a comunidade e para a escola em curto, médio e longo prazos.

Assim, uma parceria, uma rede apoio, que busque desenvolver uma cultura de paz dentro e fora dos ambientes escolares, criando muito mais do que um local de trabalho seguro para os professores e alunos. Mas sim, de maneira coletiva e sistemática, têm potencial para se tornar o alicerce para o futuro dessas crianças em sociedade.

Se a implementação de uma cultura de paz escolar requer tempo e conscientização, isso, no entanto, só poderá se materializar por meio de ações cotidianas e práticas.

P3: Trazendo pessoas que realmente entendam das temáticas e que possa ser abordada de maneira significativa que a gente possa aproveitar, a discussão desses temas pra trabalhar também com os alunos

P6: Oportunizar palestras e debates, não só para os alunos, como também a Secretaria de Educação oportunizar aos professores uma formação sobre os temas.

P9: A formação contínua é de total significância, porque quando conhecemos e aprendemos algo com mais profundidade, isso nos possibilita uma segurança maior para dialogar

Do ponto de vista da formação profissional destaquei essas falas acima, onde os participantes relatam que seria importante profissionais que abordassem de forma significativa com e para os professores, não somente para os alunos. Há presente nas escolas essa tendência de chamar profissionais para ‘palestrar’, porém se não há uma continuidade, não há efetividade, logo não há resultado positivo.

É preciso realizar por meio de rede de apoio com órgãos públicos da educação, Universidades públicas e privadas, de ações das próprias Secretarias, através de seus órgãos centrais ou intermediários, todos visando “capacitar”, “reciclar”, “melhorar a competência” dos agentes escolares, sejam eles professores, diretores, coordenadores ou supervisores.

Dessa forma, segundo o PNE 2001, é preciso que sejam previstos, na carreira docente, sistemas de ingresso, promoção e afastamentos periódicos para estudos dos profissionais que levem em conta as condições de trabalho, de formação e avaliação do desempenho.

Assim explicita sua meta:

A formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este Plano, portanto, deverá dar especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação. (PNE, 2001, p.59).

Aproximando-se de seu conceito entende-se por formação continuada o processo de formação que vai além da certificação oficial, que expressa a amplitude necessária do conceito de construção desse profissional. Segundo Nóvoa (1995), dentre seus vários objetivos, o que se destaca é a proposição de novas metodologias, que colocam os profissionais frente às discussões teóricas atuais, com a intenção de contribuir para as mudanças que são necessárias, na busca de melhorias da ação pedagógica. Ainda acrescenta que conhecer novas teorias faz parte do processo de construção profissional, mas que não bastam se estas não possibilitarem aos professores relacioná-las com seu conhecimento prático construído no dia-a-dia.

Em contrapartida, houve uma fala de um participante que me chamou muita atenção, pois ao mesmo tempo que demonstram interesse em uma formação que prepare para trabalhar a educação voltada para a não violência e criminalidade, muitas vezes se sentem ‘confortáveis’ quando há um palestrante de fora da comunidade escolar, não tomando assim nenhum lado, tendo imparcialidade.

Uma das preocupações é que os alunos desta escola são receptivos á diálogos, tem no professor um aporte emocional para conversar sobre seus problemas, principalmente alunos que possuem pais encarcerados.

P7: A partir do momento que cutucou na ferida dele, tu não toca mais, tu perdeu o aluno, ele não se abre mais, não se aproxima mais daquele professor.

A fala do participante, quer dizer que a preocupação do professor em trabalhar a temática sem atingir negativamente o aluno. Por isso há uma necessidade de saber conduzir um diálogo de forma positiva saudável, não estereotipando os alunos.

O ambiente escolar por vezes não é receptivo às várias realidades, causando frustração aos alunos estigmatizados de “filhos de presos”, o que implica no desconforto sobre as relações. É importante que haja na formação

docente o desenvolvimento de práticas educativas reflexivas que promovam as interações sociais no contexto escolar, contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem eficazes.

Na escola, o jovem, muitas vezes, é considerado somente como aluno e se perde de vista a diversidade, os parâmetros que fazem parte das modelagens das juventudes, afastando-os da cultura escolar e dessa forma se torna em si mesma fonte de discriminação, reproduzindo preconceitos, valores discriminatórios e pouco flexíveis. De fato, a cultura escolar é hierárquica e pouco sensível quanto a formas de ser, agir, falar e se comportar dos jovens o que induz a um clima escolar negativo e relações sociais complicadas. (ABRAMOVAY, 2018, p. 35).

No entanto precisamos pensar por uma formação docente que forneça subsídios importantes para um conhecimento crítico da realidade dos alunos, possibilitando inclusive, às várias camadas populares, a apropriação, a reflexão acerca da realidade que vivem e que os cercam.

Se faz necessária uma formação docente constituída por temas diversos voltado para Educação para a não violência, no intuito de conscientização e oportunizar a reflexão, proporcionando a construção dos conhecimentos de forma que repensem as tarefas e conteúdo para melhor atender a realidade na qual cada aluno está inserido.

Como já foi visto no decorrer da pesquisa durante as entrevistas, embora os profissionais tenham uma visão real e crítica sobre o fenômeno da violência e que sua extensão vem reforçada nas desigualdades sociais, desestrutura familiar e nível socioeconômico, porém as ações são ainda bastante insuficientes, portanto, inoperantes.

Não se trata de designar aos professores a responsabilidade pela reversão desta realidade, nem de querer abolir das escolas manifestações de agressividade e conflitos. Trata-se de entender que orientações como as previstas nos PCNs, deveriam contribuir, efetivamente para esclarecer que a questão da violência não deve ser somente em relação aos alunos. Mas, também à capacidade da escola e de seus agentes de lidar e gerenciar situações conflituosas.

Sposito (2002) afirma que a resistência de muitos desses professores, em adotar práticas inovadoras, reside no sentimento de insegurança e de despreparo para “enfrentar questões de violência no dia-a-dia da escola e da

sala de aula”. Deste modo, é fundamental que sejam introduzidas novas orientações para os temas cidadania, participação e gestão democrática, articulando-os aos projetos pedagógicos da escola.

8.3 Importância da Família – busca da conscientização da família sobre uma educação longe da violência e da criminalidade.

A relação escola e comunidade são importantes, e estão contextualizadas no PPP da escola, o qual menciona questões da necessidade desta parceria para o desenvolvimento das crianças.

Quanto a participação da família:

As famílias que compõem a comunidade escolar pertencem as classes populares e em sua maioria participam de forma satisfatória da vida escolar de seus filhos, integrando-se as atividades curriculares e extracurriculares propostas pela instituição, observamos que nos anos finais do Ensino Fundamental a participação da família não é satisfatória. (PPP, 2020, p.4).

Percebe-se, na análise do PPP, que, na maioria das vezes, a escola está assumindo o papel da família no que se refere a questão da construção de valores e de estabelecimento de limites para as crianças.

Questão para debate: Levando em conta a realidade da comunidade escolar, onde possui alto índice de criminalidade, como poderia ser feita uma proposta de conscientização da família sobre a importância de manter os filhos/alunos longe da violência e da criminalidade?

Quadro 9:

Participante	Algumas contribuições:
P 1	<ul style="list-style-type: none"> • A maioria das pessoas de nosso bairro são pessoas trabalhadoras, alguns estão envolvidos com tráfico e cria a fama que o bairro é perigoso, mas na verdade não é. • Nossa escola não é depredada, as pessoas andam livremente na rua, o que acontece de mau é que alguns vendem drogas e destrói muitas famílias, mas é a renda deles infelizmente e nós escola não temos como mudar essa situação dos pais, pois depois que entram nesse sistema não saem mais e seus filhos são vítimas do tráfico.
P 2	<ul style="list-style-type: none"> • A melhor proposta para essa questão com a experiência que

	<p>temos, é trazer a família para dentro da Escola, através de palestras, festividades e reuniões. Somente assim temos conseguido amenizar e restaurar uma Comunidade carente em afeto e responsabilidade.</p>
P 3	<ul style="list-style-type: none"> • Esse tema é bem difícil. Se a família não vier pra escola, que a gente não consiga trazê-los e fazer uma abordagem bem ampla, que eles tenham consciência que realmente eles precisam de ajuda, vai ser bem difícil. • Mas eu penso que sempre a escola consegue, a gente fazendo uma abordagem de maneira bem dinâmica que chame a atenção deles num primeiro momento, não falar sobre a temática em si, mas fazer uma abordagem que seja de interesse e daqui a pouco a gente consegue, inserindo a temática para que se consiga chegar em algum fruto.
P 4	<ul style="list-style-type: none"> • Na escola, há várias palestras (profissionais da saúde, bombeiro, policiais, etc). Mas acredito que o mais eficiente seria fazer um trabalho com a família e com os alunos pelo acompanhamento de um psicólogo da escola. • Conscientizar os pais e os familiares que influenciam na criação da criança é fundamental, porque, muitas vezes, o que acontece em sala de aula é o professor tentando ensinar e educar a criança na escola e os pais tirando a autoridade e contestando o professor. Dessa maneira, o papel da escola se torna sem efeito. • Volto a dizer que um psicólogo dentro das escolas faz muita falta. O trabalho conjunto das famílias e da escola em sintonia é fundamental. Mas isso, infelizmente, não acontece em todos os casos.
P 5	<ul style="list-style-type: none"> • É difícil trazer, porque às vezes a gente faz entrega de boletins e a gente tem a minoria dos pais, porque eles trabalham, só se fosse uma proposta à noite e muitas vezes não tem. • A gente fez essa atividade da família, por que a gente não trabalha mais Dia dos Pais e Dia das Mães, trabalha a família, eu acho que a gente teve até um número maior de participantes. Quando eles têm preocupação, eles vêm na escola, porque houve isso, fez aquilo, o que tá acontecendo, alguma coisa que a gente nota de diferente a gente chama a família, eles vêm, mas só isso. • A orientação com os alunos aqui a gente faz, se a gente vê algo a mais naquele aluno, para não deixar se desencaminhar a gente chama os pais e eles vêm ou mandam responsáveis.
P 6	<ul style="list-style-type: none"> • Não vejo a nossa comunidade com alto índice de criminalidade. Mas acredito que palestras para as famílias sobre este assunto ajudaria. Sabemos pouco o que realmente acontece nos arredores da escola, só quando descobrimos quando envolve familiar de alunos.
P 7	<ul style="list-style-type: none"> • Quando tu oferece alguma coisa, eles são mais participativos tipo oferece coisas que eu te digo em relação à comida, alimentação. Mas eles só vir por vir olhar o filho e os trabalhos que os filhos

	<p>desenvolvem na escola, isso pouco chama atenção, são poucos, metade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Essa conscientização de drogas vamos dizer assim 50%, vamos tratar nessa porcentagem assim os pais querem outra coisa para os filhos. Teve um pai um ano passado do que o pai era em relatou para nós que ele era traficante, mas que queria outra coisa pro filho, mas é que a hora que falta coisa dentro de casa a única oportunidade é trabalhar para o tráfico, e assim como o pai, também se envolveu e se tornou usuário. Então tem muitas coisas, no primeiro momento quando ele está tranquilo, quando ele está mantendo a casa, ele tem o filho longe mas quando se “vê apertado” a única solução é botar o filho também a fazer alguma coisa assim para ajudar a família, isso é uma coisa que a gente percebe nos relatos deles aqui na escola.</i>
P 8	<ul style="list-style-type: none"> • Poderia ser feita palestras de conscientização junto aos familiares, rodas de conversa, mas sabe-se que é muito difícil “sair” do mundo do crime, pois envolve dinheiro, muitas vezes ficam “devendo “e a saída fica difícil. • Então tenta-se trabalhar com os discentes desde o pré os valores, que se pode conquistar muitos sonhos através do estudo e dedicação, que muitas vezes “o que vem fácil, também vai fácil”. • Que o melhor caminho é a educação, o esporte, o trabalho e não entrar nesse “mundo “que parece ser muito atrativo, mas que nunca acaba bem.
P 9	<ul style="list-style-type: none"> • Como falei anteriormente precisamos de uma formação mais articulada a temas como drogas e criminalidade, para que essa aproximação com as famílias sejam mais efetivas. No sentido de conhecermos mais esses assuntos, e aí digo que nessas formações precisamos de pessoas especializadas nesses assuntos, isso envolve profissionais da saúde e da segurança. Os pais precisam estar conosco nessa proposta, porque são os pais que educam e passam os valores a seus filhos dando continuidade na escola onde temos um papel fundamental nesse processo, mas que não existe sem a família nos apoiando.

Fonte: Dados da Pesquisadora/2023

A relação com a família deve ser uma ponte para a parceria entre escola e comunidade. É importante que os pais e responsáveis sintam-se acolhidos pela escola e tenham uma comunicação efetiva com esta. Eles são incluídos não só quando é preciso resolver alguma situação com aluno, mas em vários momentos da rotina escolar: Conselhos, reuniões, palestras, eventos organizados pela escola.

P4: Conscientizar os pais e os familiares que influenciam na criação da criança é fundamental (...) O trabalho conjunto das famílias e da escola em sintonia é fundamental.

P9: Os pais precisam estar conosco nessa proposta, porque são os pais que educam e passam os valores a seus filhos dando continuidade na escola onde temos um papel fundamental nesse processo, mas que não existe sem a família nos apoiando.

O que se percebe é que a escola onde a pesquisa foi realizada faz um esforço muito grande para trazer as famílias para participarem, mas conforme os relatos isso não acontece, sabemos da realidade das famílias, em questão de horário de trabalho. Mas deve haver um esforço mútuo, pois quando o esforço é somente da escola, as coisas não caminham como deveriam. Os pais devem estar envolvidos no planejamento e execuções de ações que contribuem para a melhoria tanto da escola como na comunidade a qual pertence, para que ambas as agências possam colaborar na ação contra os problemas de convivência e violência nas escolas. É fundamental que as famílias mais se aproximem das escolas.

As famílias também têm bloqueios: não se aproximam das escolas, ficando distante, não acompanhando o que acontece no cotidiano de seus filhos, não facilitando o diálogo e a aproximação, muitas vezes não por falta de interesse, mas sim por não saber como se aproximar, não conhecer os mecanismos (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 67).

A aproximação dos familiares com a instituição escolar pode derivar no fortalecimento de uma ação conjunta para tratar das eventualidades cotidianas, as quais muitas vezes atingem as duas esferas e a elas imprime uma série de dificuldades.

Há uma preocupação com a maneira que o aluno é educado pela família, pois isso reflete diretamente na escola, contudo cabe à escola buscar a participação dos responsáveis pelos seus alunos em palestras orientadoras sobre como resolver o problema da violência e da criminalidade, se não eliminar pelo menos minimizar, melhorando a convivência no ambiente escolar.

A escola é palco de enorme e variada gama de relações sociais que se estabelecem e desenvolvem entre pessoas de diferentes idades, classes sociais e personalidades. As percepções acerca da educação para a paz e romper os ciclos já foram analisadas no capítulo 6, assim como os possíveis

reflexos e reprodução da criminalidade que podem acontecer por parte dos alunos com familiares encarcerados no capítulo 5.

Não há dúvidas quanto à importância da família na formação integral do indivíduo.

A causa mais próxima a marginalização do menor é, sem dúvida, a falta, a desintegração, a deterioração ou o desajustamento da família. O primeiro fator que predispõe ao crime é a falta de pais. A formação da personalidade é fortemente influenciada pela família, assim, a falta da unidade familiar, os conflitos em família são fatores sintomáticos da etiologia de grande parte da criminalidade. (Marcelino, 2004)

Destaco a seguir duas falas, que me chamaram muita atenção durante as discussões, o P1 acredita que a escola sozinha não tem como mudar a situação de vulnerabilidade ao crime dos alunos, e o P7 relata um episódio em que aluno é 'utilizado' pelo pai para 'ajudar' no tráfico de drogas.

P1: Nós escola, não temos como mudar essa situação dos pais, pois depois que entram nesse sistema não saem mais e seus filhos são vítimas do tráfico.

P7: Essa conscientização de drogas vamos dizer assim 50%, vamos tratar nessa porcentagem assim os pais querem outra coisa para os filhos. *Teve um pai um ano passado do que o pai era em relatou para nós que ele era traficante, mas que queria outra coisa pro filho, mas é que a hora que falta coisa dentro de casa a única oportunidade é trabalhar para o tráfico, e assim como o pai, também se envolveu e se tornou usuário. Então tem muitas coisas, no primeiro momento quando ele está tranquilo, quando ele está mantendo a casa, ele tem o filho longe, mas quando se "vê apertado" a única solução é botar o filho também a fazer alguma coisa assim para ajudar a família, isso é uma coisa que a gente percebe nos relatos deles aqui na escola.*

A reprodução da criminalidade familiar deve ser entendida como algo que é transmitido através de atitudes e comportamentos, os quais são aprendidos pelos filhos conforme modelos deixados pelos pais.

Se são os pais, os principais modelos observados pelos filhos, se são verdadeiro heróis, inconscientemente, tudo aquilo que o pai faz é bom aos olhos do filho, o que se pode esperar é que todas as suas condutas sejam reproduzidas, como algo natural, mesmo porque, até que a criança possa entender q natureza dessas condutas, ela já pode tê-las absorvido como justas, pois se o seu "próprio pai" ou sua "própria mãe" fazem, não há por que hesitar.

Quando ocorre a desestruturação da família, é nitidamente observada a mudança no comportamento dos filhos, que por vezes têm retirado de perto de

si, o modelo de ser humano que têm o que às vezes, também podem levá-los a trilhar pelo caminho da criminalidade.

O que merece muita atenção é a influência que a família, de modo geral exerce sobre a formação da moral e do caráter do indivíduo. E quando se fala em família, deve-se levar em conta o primeiro núcleo social em que o indivíduo se insere.

A criança interage, primeiramente, com a mãe, pois desde a concepção, o bebê é dependente da mãe. Mais tarde, ocorre a interação com o pai. E esse, não raramente, torna-se o exemplo para o filho. É a partir da observação das condutas do pai que esse filho começa a formar em sua estrutura emocional, as noções do que é ou não permitido que ele faça. (MARCELINO, 2004)

A família é mais que um simples grupo de pessoas que se ligam por vínculos consanguíneos. Os pais são os responsáveis pelos ensinamentos de todas as normas de condutas compatíveis com o ambiente em que vivem, ao pelo menos deveriam ser. Além disso, são eles, exemplos que serão seguidos e influenciarão de forma decisiva na formação do caráter do indivíduo.

No que diz respeito à relação da escola com a família nos casos de tráfico ou consumo de drogas por parte de familiares dos estudantes, as experiências tendem a ser percebidas como sendo relativamente tensas. Em alguns casos há resistências de familiares em admitir a possibilidade de tal envolvimento, sendo difícil estabelecer uma comunicação neste que seria um assunto bastante delicado.

O tráfico, como se percebe, é um fenômeno complexo tanto na sociedade mais ampla quanto nas escolas. A dificuldade em lidar com o problema muitas vezes aparece de forma abrangente, sendo os obstáculos enfrentados referidos por um leque de atores vinculados ao cotidiano escolar.

Fica evidenciado, assim, que as escolas defrontam-se no seu dia-a-dia com o fato de que o tráfico é uma alternativa para vários adolescentes e jovens, atraídos pela lucratividade e poder associados a tal mercado. Esse quadro torna-se ainda mais acentuado diante da exclusão social sistemática vivenciada por grandes parcelas da população, levando alguns ao tráfico como forma de inserção ilegal no “mercado de trabalho” (FEFFERMANN, 2006).

Ora, se a família é a base da sociedade, se é nela que o indivíduo encontra o modelo que deve seguir em sua vida social, que atitudes devem ser esperadas de uma criança que nasce e cresce em um meio criminoso, sem

qualquer repressão aos seus instintos criminais e sem incentivo a uma vida longe da criminalidade?

A escola é pensada como um local ao qual todos os indivíduos devem ter acesso e possibilidade de frequentar. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Partindo desse pressuposto, deve haver um comprometimento participativo entre escola – família – comunidade, para que possam sanar os problemas emergentes que a educação está enfrentando.

9. ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE COMO FERRAMENTA

A escola, como espaço democrático de discussão e de disseminação de conhecimento, é uma ferramenta capaz de provocar mudanças de comportamento nos sujeitos. Diante disso, ela exerce papel fundamental para sensibilizar crianças e adolescentes sobre prevenir e solucionar situações em que os conflitos possam se tornar violências, bem como promover ações para mudar a realidade de criminalidade e violência que ocorrem no entorno da escola.

Quando se fala em romper o ciclo da violência, sobre uma Cultura da Paz, entendida na escola como Educação para a Paz, vale ressaltar que não é gerada em projetos isolados, precisa ser um trabalho diário com atitudes positivas, vivenciadas constantemente para que se tornem hábitos de convivência e expressão de atitudes. Os mecanismos precisam ser criados de tal forma que as ideias perdurem, buscando através da Educação para a Paz, convivências saudáveis para o enfrentamento da criminalidade e das violências.

O acesso à educação e educação de qualidade tem uma diferença enorme, acessar a educação e não ter a qualidade educacional necessária pode não gerar efeito algum no desenvolvimento de uma pessoa. Portanto, é indispensável se ter uma educação de qualidade como ferramenta, para formar indivíduos com capacidade de distinguir o certo e do errado, não tendo ele interesse de entrar no mundo do crime.

A formação de um ser humano vem desde sua infância, à escola é o primeiro contato com o mundo exterior de sua casa. Por isso um lugar tão importante de convívio social e experiências, se todos tiverem uma educação de qualidade no futuro se tornaram pais preparados e conscientes e sucessivamente seus filhos também. Quebrando o ciclo vicioso da criminalidade, colocando no mercado de trabalho profissionais éticos e cientes de sua importância para as gerações futuras.

9.1 Um caminho possível

As situações de violência que ocorreram no retorno as aulas após o período de pandemia reacenderem o debate sobre as causas da violência em ambiente escolar e o que professores e gestores podem fazer para prevenir e lidar com conflitos antes que eles se tornem ainda mais graves. Ações violentas são desencadeadas por motivos diversos, por isso, deve-se levar em consideração a própria realidade vivenciada pelos indivíduos, como o convívio doméstico, familiar e social.

Afinal, quais são as causas dessa violência? As análises de questões que envolvem a violência geralmente são feitas sob a ótica social e/ou psicológica. Entretanto, não é possível definir uma única causa para esta questão: o problema da violência é profundo e complexo.

A seguir, listo iniciativas que podem ser aplicadas em escolas públicas visando fomentar diálogo, empatia e cultura de paz.

- **Mediação de conflitos:** momento em que o professor ou equipe diretiva coordena reuniões conjuntas ou separadas com os envolvidos em conflitos para construir, com eles, uma solução. Para isso, é necessário se manter imparcial e não julgar.
- **Aplicar cultura de paz:** trabalhando questões sobre valores humanos; educação para direitos humanos; mediações de conflito e práticas restaurativas; questões ligadas às convivências escolares.
- **Incentivo à afetividade:** onde se faz necessário o aluno/ o familiar se sentir pertencente e importante nesse meio. Incentive os alunos a se expressarem. Tão importante quanto criar oportunidades de interação entre os alunos é incentivá-los a expressarem seus sentimentos dentro do ambiente escolar.
- **Jogos cooperativos:** através do esporte buscar incentivar a cooperação, ajudando uns aos outros para atingir um objetivo comum, promovendo, assim, cooperação, integração, inclusão, aceitação, parcerias, respeito às diferenças e o desenvolvimento de vínculos afetivos e sociais.
- **Orientações com órgãos públicos:** alguns órgãos apresentam materiais educativos e informativos que podem servir de referência para

professores. Na maioria das vezes o material foi preparado em linguagem simples, em forma de perguntas e respostas, visando a esclarecer algumas dúvidas comuns aos diretores e professores sobre diferentes situações de agressões, abusos e maus tratos envolvendo crianças e adolescentes.

- **Busque a conscientização:** Quando a escola favorece o diálogo em torno desse tema, ela ajuda a desenvolver o senso crítico em seus alunos e ganha força no sentido de valorizar o respeito, a solidariedade e a convivência entre seres humanos que chegam à escola com origens, histórias, bagagens e limitações muito diferentes.

- **Participação mais efetiva da família no contexto escolar:** o incentivo da escola em preparar melhor seu corpo docente e seus funcionários para que se dediquem a promover atitudes de tolerância e respeito entre os alunos, são medidas que ajudam significativamente no combate à violência na escola, estimulando um convívio mais saudável entre os grupos sociais.

- **Estabelecer normas e divulgá-las:** Outra maneira de lidar com a violência na escola pela perspectiva da prevenção está em estabelecer normas de convivência que incentivem o respeito entre as pessoas. Manter a família informada sobre as regras e como a escola lida com esse tipo de situação também é relevante para que a violência na escola seja combatida.

- **Atuação em rede:** para ações de proteção integral à criança e ao/à adolescente e de respeito aos direitos humanos, inclusive, em nível regional, para fortalecer a articulação da escola com a comunidade e a rede, como por exemplo as CIPAVES.

Enfim, se faz necessário entender e reconhecer o problema, para, só depois, estar preparados para buscar meios de combatê-lo.

Como citado acima, o Programa CIPAVE (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar), em parceria com as demais secretarias de governo, busca orientar a comunidade escolar sobre as mais diversas situações que podem ocorrer no ambiente escolar, para que juntos possam:

Identificar situações de violência, de acidentes bem como suas causas; Definir a frequência e a gravidade com que ocorrem; Averiguar a circunstância em que ocorrem estas situações; Planejar e recomendar formas de prevenção; Formar parcerias com entidades públicas e privadas para auxiliar no trabalho preventivo; Estimular a

fiscalização por parte da própria comunidade escolar, fazendo com que zele pelo ambiente escolar; Realizar estudos, coletar dados e mapear os casos ocorridos que envolvam violência e acidentes, para que sejam apresentados à comunidade e às autoridades, proporcionando que estas parcerias auxiliem no trabalho de combate e prevenção dos acidentes e violência na escola. (<https://educacao.rs.gov.br/cipave>)

No entanto ao fim do ano de 2013, o governo iniciou um processo de apresentação desta forma de conduzir às ações escolares, sancionando a lei estadual 14.030, de 2012. No ano de 2015, a Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul colocou como prioritária a atuação, formação e implantação das comissões internas de prevenção a acidentes e violências na escola. Passando então a incentivar e fomentar a criação das CIPAVEs em nossas escolas estaduais. Buscando atuar na resolução dos conflitos, formando a rede de apoio regionalizada e planejando novas ações com a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

A partir destas comissões e suas constatações acerca dos problemas que preocupavam a escola, nasceu essa necessidade de formar uma **“rede de apoio às escolas”**. Parcerias que as auxiliassem na resolução dos problemas como: uso de drogas no entorno da escola, comunidades violentas onde elas estavam inseridas que, devido a sua condição, afetavam o processo educacional dos estudantes, formando assim um grupo de apoio com as demais entidades da região: Guarda Municipal, Polícia Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, Polícia Federal e Ministério Público. Esses parceiros passaram a atuar junto às escolas do município, com palestras e ações concretas na resolução dos problemas que enfrentavam.

Então, por que não implantar esta iniciativa para apoiar as escolas municipais na cidade de Jaguarão?

9.2 Importância da RAE

Durante as entrevistas com a parte da equipe diretiva da escola surgiu a tema sobre o quanto a escola não possui rede de apoio do município, logo conversei com um dos membros da equipe diretiva sobre essas questões, quais são as organizações que auxiliam a escola quando acontecem problemas envolvendo alunos.

(...)E tem que ter um trabalho em **rede** sabe, isso falta muito. Porque se toda rede, a Secretaria da Cidadania, a Promotoria, o Juizado, sabe, se todos trabalhassem juntos essas crianças mudariam a situação sabe. (...) Essa criança teria outra oportunidade na vida, e essas crianças não estão tendo, estão tirando o direito dessa criança de mudar de vida. Porque ela é obrigada a ficar com o pai ou com a mãe, ou responsável que na verdade é um familiar que faz parte do mesmo ciclo. Então falta um **trabalho em rede**, uma união de esforços. **E1 – Quadro 6**

O **E1** disse que normalmente o Conselho Tutelar é acionado juntamente com a Brigada Militar quando é necessário e quando é muito grave, a situação é encaminhada ao Ministério Público através do Conselho Tutelar. Porém diante de alguns casos que não foram solucionados a escola muitas vezes se vê sem uma rede de apoio para solucionar problemas de violência que ocorrem dentro da escola ou nos arredores ou relacionadas aos alunos da escola.

Diante desta conversa fui em busca do que seriam as redes de apoio à escola e durante as minhas pesquisas percebi que várias cidades do Rio Grande do Sul possuem instituída uma lei orgânica no município sobre a RAE - Rede de Apoio à Escola que é constituída por representações de todas as escolas, representações da segurança do município, como: Brigada Militar, Guarda Municipal, quando tem, Ministério Público, Polícia Civil, Conselho Tutelar, dentre outras.

A cidade de Jaguarão, não possui uma lei, nem mesmo projeto para que seja instituída. Ao se pensar na criação de uma lei orgânica para o município, entrei em contato com um dos vereadores da cidade que se prontificou a estudar o caso visto que de acordo com os fatos de violência que ocorrem nas escolas na cidade, também de diversas escolas no Rio Grande do Sul e no Brasil com casos de violência praticado por alunos de dentro da escola e de pessoas que invadiram as escolas para praticar atos violentos aos alunos. É de extrema necessidade que se pense nesta rede de apoio as escolas do

município de Jaguarão para que sejam discutidos assuntos relativos à questão da violência, da cultura da paz dentro e fora da comunidade escolar.

Levando em conta a Constituição Federal de 1988 em seu Título II dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo II Dos Direitos Sociais, Art. 6, diz que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”. E a Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação) para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

O caput do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X: IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.”

Esta legislação deve ser considerada na educação de crianças e adolescentes, no cuidado com a identidade, integridade física, moral e a construção do conhecimento e o desenvolvimento pleno da aprendizagem.

A escola por ser um espaço múltiplo de crescimento e amadurecimento pessoal, espaço onde nos deparamos com as mais diversas realidades. Por ela transcorre a diversidade cultural dos seus alunos, suas histórias, seus contextos e realidades não apenas diferentes umas das outras e sim, mas muitas vezes preocupantes principalmente quando nos referimos aos alunos e a escola muitas vezes sente-se impotente frente à tantos desafios, incertezas e entraves.

Os resultados da pesquisa foram apresentados ao Vereador Leandro Bonow e à Assessora Jurídica da Câmara de Vereadores no dia 05/09/2023 (Foto 1 - Anexo 5), tendo como foco principal abordar a importância da constituição e articulação das redes de apoio à escola como uma proposta de política pública e social como auxílio na garantia do direito à educação enquanto permanência e sucesso na escola. Logo, eles abraçaram a iniciativa e ajudaram na criação de uma proposta de um Projeto de Lei, no entanto

surgiu o – PL 0011/2023⁵, a fim de instituir uma lei para a criação da RAE no município de Jaguarão, considerando a preocupação com a qualidade escolar e a responsabilidade social da educação como ferramenta para romper com o ciclo da violência. Pretende-se que esta proposta tenha vínculo com a comunidade e com a escola proporcionando ir até a raiz dos problemas que interferem na aprendizagem e na construção do conhecimento.

A RAE – Rede de Apoio à Escola, tem por objetivo o trabalho em rede e a busca de soluções coletivas de alternativas para diminuir a evasão e outros problemas que interferem direta ou indiretamente no processo ensino-aprendizagem e/ou na socialização. Esta proposta tem como foco, também, subsidiar professores e diretores de escolas na tarefa diária, oferecendo parceria e apoio por meio de capacitações aos educadores formais; ações conjuntas de promoção dos direitos à educação; mapeamento de alunos infrequentes e com histórico de violência no ambiente escolar, e atuação junto ao professor na abordagem com os núcleos familiares.

Tal rede é uma iniciativa com expectativa de mudar o cenário e fortalecer a articulação escola e sociedade, através de representações que podem constituir esta Rede de Apoio, tais como: Conselho Municipal de Educação, CRAS, Conselho Tutelar, Ministério Público, Promotoria de Justiça, escolas municipais e escolas estaduais do município, Secretaria Municipal de Educação, 5ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, e demais representações de associações diversas.

O compromisso com esta proposta, não se finda com a defesa desta dissertação, e este é um compromisso para toda a comunidade. Que possa juntamente com o poder executivo e legislativo deixar frutos desta pesquisa. Pois nada se faz sozinho, nada se conquista sozinho quando se vive e convive na sociedade.

⁵ Projeto de Lei, disponível em: <https://www.camarajaguarao.rs.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei-do-Legislativo/0/1/0/11797>

9.3 Lei nº 7.238 – Uma possibilidade para a Educação

Logo após a construção do Projeto de Lei, iniciaram os primeiros passos, no dia 19/09/2023, obteve pareceres aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Saúde e Educação (CSE). Com a programação de ser colocado em pauta para votação no dia 24/10/2023, seguindo para as próximas etapas.

No dia 02/10/2023, ocorreu uma reunião na Câmara de Vereadores, onde juntamente com o Vereador Leandro Bonow, onde apresentei a proposta para os representantes previstos no PL, (Fotos 2 - Anexo 5) ocorreu um debate muito produtivo, me coloquei a disposição para discussões e sugestões. Todos foram participativos e aderiram a iniciativa de trabalhar em prol da rede de apoio escolar.

Na Sessão Ordinária do dia 24/10/2023, o PL 0011/2023 foi para votação, onde foi **aprovado**, por unanimidade com 8 (oito) votos favoráveis (Anexo 3). Acompanhei a votação, o que me causou muita satisfação e confiança de que estava no caminho certo. (Foto 3 - Anexo 5) Assim passamos para a próxima etapa, a busca pelo sancionamento da Lei pelo Poder Executivo.

Aos 14 dias do mês de novembro de 2023, foi sancionada a LEI nº 7.238, pelo Prefeito Sr. Rogério Cruz, que cria a RAE – Rede de Apoio Escolar do Município de Jaguarão e dá outras providências. (Anexo 4). Participei do momento da assinatura juntamente com a Assessora do Vereador Leandro Bonow, Sra Bianca Valente. (Foto 4 - Anexo 5) Um momento de alegria, visto todo estudo e dedicação na busca de novas possibilidades de enfrentamento e superação de situações e problemas que prejudicam a aprendizagem de crianças e adolescentes.

No dia 24/11/2023, participei da Reunião da RAE, onde fui convidada pelo Promotor de Justiça de Jaguarão, Vitor Hugo Catena Chiuzuli. Juntamente com o Promotor de Justiça Dr. Paulo Roberto Gentil Quinteiro, Promotor Titular da Promotoria Regional de Educação de Pelotas, e contou com a presença de representantes de todas as escolas do município de Jaguarão. Onde foram debatidas questões referentes a FICAI – Ficha de Comunicação de Aluno

Infrequente, alternativas de prevenção á violência, possibilidades de realização de círculos restaurativos. (Fotos 5 e 6 - Anexo 5)

É com enorme satisfação e emoção, que encerro a escrita deste capítulo, pois é o fruto da pesquisa, o produto final. Mas que na verdade não se finda, o trabalho segue em busca de uma educação de qualidade e com igualdade. Como já dito anteriormente, o compromisso com esta proposta, não se finda com a defesa desta dissertação.

10. Considerações Finais

O educar para a não violência se faz necessário a cada dia que passa. Ao longo deste trabalho, refletiu-se sobre as possíveis práticas educativas envolvendo um olhar voltado para educação para a paz, o qual está relacionado ao campo pedagógico. As reflexões acerca desta temática nos direcionam a não dar por encerrada a discussão, uma vez que a construção da cultura de paz é um processo lento que precisa ser desenvolvido diariamente através das relações humanas.

Quanto a importância de uma formação docente voltada para uma educação como ferramenta para romper o ciclo da violência, é indispensável envolver o professor na promoção da paz, tendo em vista que a temática é ampla e engloba diversos fatores, desde o aspecto social, econômico, psicológico, entre outros, estabelecendo relações diretas com o ambiente na qual se encontram inseridos.

Nesta perspectiva, retomando os objetivos propostos na pesquisa, assim como os dados coletados, verifica-se que, apesar das inúmeras dificuldades que foram diagnosticadas nos relatos, é possível sim a realização de novas ações voltadas para a não violência. A minha percepção em relação à escola é que ela faz tudo o que é possível para que os alunos não fiquem vulneráveis a violência a criminalidade, a escola dispõe de atividades extracurriculares esportivas, como por exemplo a banda da escola. No entanto, de acordo com as falas de todos entrevistados, percebi o quanto a família é necessária para que se internalize na criança um comportamento da não violência, um comportamento que não seja agressivo, que não perpetue na criança, aquela realidade a qual ela vive.

Aproveito este momento para responder à pergunta que me fiz na escrita do projeto desta pesquisa: Por que eu acredito que a educação é uma ferramenta para romper o ciclo da violência e da criminalidade? Como pesquisadora acredito na escola como um meio de transformação. Como já dito anteriormente, é imprescindível se ter uma educação de qualidade, para formar indivíduos capazes de abdicar do mundo do crime. Mudar um contexto social inteiro, com certeza não é fácil. Mas é possível, como realizar um sonho,

também não é fácil. Porém pode ser possível, basta que se corra atrás desses objetivos.

Estudar a possibilidade de que investir na educação, pode diminuir no índice de criminalidade no país, sabe-se que necessita de um estudo aprimorado sobre o nosso sistema penal, porém como já apresentado no diagnóstico, dados concretos sobre a escolaridade dos presos do PEJ e levando em conta ao já previsto pelo antropólogo Darcy Ribeiro, se não focarmos na educação, conforme passam os anos, teremos que construir mais presídios que escolas.

Precisamos acreditar que é possível construir uma cultura de paz e da não violência. Não é fácil, mas não é sonho, pois o ser humano é capaz de vivenciar esta cultura. Dito isso, contribuir com a formação de professores e comunidade escolar é essencial, pois são agentes transformadores neste processo, podendo ser multiplicadores da proposta diretamente nos espaços que atuam e frequentam. Mas, lembrando sempre de que sonhos são difíceis de realizar sem esforço, e neste trabalho, o sonho foi estudado, pensado, discutido e bastante argumentado. O resultado apresentado pode dar uma esperança, uma chance e uma possibilidade.

Conforme apresentado no capítulo 5 onde busquei apresentar uma breve explanação de como se dá os reflexos e possíveis situações de estigmatização, acredito que o estudo aqui proposto é de enorme importância para uma reflexão, para uma nova possibilidade de se perceber os filhos/familiares dos presos dentro da escola, buscar um olhar diferente pode resolver um problema, pode ser uma solução.

Os meios, até agora empregados no combate à criminalidade, parecem não possuir tanto efeito positivo quanto a prevenção da entrada de jovens no mundo do crime possa ter. Sem vontade de delinquir, ninguém irá entrar para o crime, mesmo em condições precárias de vida, mas se sua vontade não tiver tanta força, não tiver uma rede apoio para esquecer essa possibilidade, a entrada ao crime, pode ser uma opção, o que normalmente acontece.

O cotidiano escolar é um dos primeiros modelos de sociedade vivenciados por uma criança. Nesse sentido, a escola deve oportunizar um ambiente que tenha representações dos aspectos sociais que as crianças vão experimentar no mundo "lá fora". Em outras palavras, para que os alunos

aprendam a viver em sociedade, é necessário que a escola os incentive a interagirem e se relacionarem em ambientes que não estejam necessariamente ligados à sala de aula. Em comunidades periféricas, onde o poder aquisitivo é mais baixo, há vários exemplos de como a educação tira e mantém jovens fora das ruas e, conseqüentemente, longe da violência.

Percebo este estudo com tamanha importância, e aqui não será esgotado, será revisado e atualizado. A complexidade deste tema, é enorme, por envolver tantos aspectos problemáticos sociais, os quais, necessita de uma Rede de Apoio. A sociedade muda ao longo dos anos e esse tema necessita também dessa mudança, começando logo, quem sabe a Criação da Lei criando a Rede de Apoio Escolar proposta, possibilite essa transformação para melhora a comunidade de Jaguarão como um todo.

Nesta etapa de conclusão da presente Dissertação envolvendo esta temática, reavaliando os relatos, refletindo sobre as discussões, analisando bibliografias, surge um novo interesse em dar prosseguimento a esta pesquisa. Pretendo através destes novos vínculos adquiridos, através do diálogo com o Poder Legislativo e Executivo na criação da RAE, e posteriormente trabalhar conjuntamente com as representações de Instituições e Entidades previstas na Lei 7.238, buscando incentivar os profissionais na realização de estudos de formação continuada e envolver a comunidade escolar em debates sobre a temática da cultura da paz e educação para a não violência e criminalidade.

Precisamos urgentemente pensar na educação como ferramenta para romper o ciclo da violência, ao investirmos em educação, reduzimos a vulnerabilidade das crianças que ficam menos expostas ao crime e a violência. Uma escola voltada para o desenvolvimento de conhecimento tem menos chance de desenvolver alunos violentos. Como dito antes, pensar em uma escola que busque a conscientização dos alunos e da família sobre a importância de manter os alunos longe da criminalidade, parece utópico, um sonho, mas eu te convido, vamos sonhar juntos, acreditando que isso tem jeito e que a escola em conjunto com uma rede de apoio é capaz, nós mesmos podemos fazer, pois a pedagogia da esperança, inspirada nos princípios de Paulo Freire, pode ser colocada em prática, e isso depende de todos nós, de cada um de nós.

Por fim, este trabalho poderá orientar pesquisas futuras relacionadas a uma política educacional que respeite a realidade sociocultural e educacional de cada criança, uma vez que se percebe que a bibliografia sobre ciclo da violência com filhos/familiares de encarcerados ainda é escassa.

A humanidade não pode libertar-se da violência senão por meio da não-violência. (Mahatma Gandhi)

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Miriam. Coord. **Guia para diretores e professores: reflexões e práticas sobre violência e convivência escolar: faça você mesmo/** Miriam Abramovay, Ana Paula da Silva, Eleonora Figueiredo. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, BID, 2018.

_____. **Enfrentando a violência nas escolas: um informe do Brasil.** In: FILMUS, D. et al. Violência na escola: América Latina e Caribe. Brasília: UNESCO, 2003.

_____. **Cotidiano das escolas: entre violências.** Brasília: UNESCO, Observatório de violência nas escolas, MEC, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 109-187.

ASSIS, Simone Gonçalves de. (org.) **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores.** Rio de Janeiro. Ministério da Educação. Editora FIOCRUZ, 2010.

ALVES, Roque de Brito. **Criminologia.** Rio de Janeiro: ed. Forense, 1986.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKEL, George. **Entrevistas individuais e grupais.** In: GASKEL, G. BAUER, M. W. (Org). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64 – 89.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** Ed. Versão para ebook: Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: Acesso em: outubro de 2022.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.

BOTELHO, Vinicius. **Brasil gasta quase quatro vezes mais com sistema prisional em comparação com educação básica.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/brasil-gasta-quase-quatro-vezes-mais-com-sistema-prisional-em-comparacao-com-educacao-basica/> Acesso em: 15set2022

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.069/90**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1997.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Federal nº 13.663**. Brasília. 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Presidência da República. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172. Brasília, 2001.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Orientações Gerais. Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília, DF, 2005.

_____. Presidência da República. **Código Penal**. Decreto-Lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

_____. Presidência da República. **Lei de Execução Penal**. Lei N°. 7.210, de 11 de julho de 1984.

CARDOSO, Marcio Adriano; SILVA, Karine Quadros da. **Paulo freire: um referencial para a cultura de paz**. Revista Prâksis, Novo Hamburgo, v. 2, p. 9-14, aug. 2013. ISSN 2448-1939. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/755>

Acesso em: 14 abr. 2023.

CHRISPINO, Álvaro; & Chrispino, Raquel. **Políticas Educacionais de Redução da Violência: Mediação do Conflito Escolar**. São Paulo: Biruta, 2002.

COSTA Joyce Vieira da Costa; GUINDANI, Miriam Krenzinger. **Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social**. Revista Emancipação. Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 265-278, 2012.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas – O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O Minidicionário da Língua Portuguesa**. 4.ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Educação para a paz segundo Paulo Freire**. Revista Educação. Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 387-393, Maio/ago. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 33 Imp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança, um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Grall, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2.ª ed., São Paulo, Cortez. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luzivone Lopes; MOITA, Filomena M. Gonçalves da Silva Cordeiro. **O uso do laboratório de informática educacional: partilhando vivências do cotidiano escolar**. In: SOUSA, R. P. et al. (Orgs). Teorias e práticas em tecnologias educacionais. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 151- 174.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo, Perspectiva, 1986.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

JODAR, Ivonete Afonso. **Mediação de conflitos como estratégia de prevenção da violência na escola**. 91 p. Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, Mestrado em Educação, 2018.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um novo mundo é possível: dez boas razões para educar para a paz, praticar a tolerância, promover o diálogo**

inter-religioso, ser solidário, promover os direitos humanos. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

HAMMES, Lúcio Jorge, Conceituação e antecedentes históricos da educação para a paz. In. **Educação Inclusiva e Educação para a Paz: relações possíveis.** São Luis/MA: EDUFMA, 2009, 112p. il. ISBN 978-85-7862-096-7

JARES, Xesús. **Pedagogia da Convivência.** Tradução de Elisabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena, 2008.

_____. **Educar para a paz em tempos difíceis.** Tradução de Elisabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena, 2007.

_____. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática.** Tradução de Fátima Murad. 2 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org) **Família Brasileira, a Base de Tudo.** São Paulo: Ed Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 2ed., São Paulo: Atlas, 1986.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E.D.A; **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCELINO, Gislaine Pinheiro de Carvalho. **A influência de pais criminosos no comportamento criminoso dos filhos – suas repercussões jurídicas.** Faculdade de Direito de Presidente Prudente - SP. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MYIASHIRO, Sandra Regina Galdino. **Filhos de presidiários: um estudo sobre estigma.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. **O pão do direito à educação.** Educ. Soc.: Campinas, v. 24, n. 84, p. 763-789, Sept. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fWQx4RNKtZZw93cvmN4Qyzi/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 07 de maio de 2023.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio de não-violência**. Percurso filosófico. São Paulo: Instituto Piaget, 1995.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUNES, Antônio Ozorio. **Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores**. São Paulo: Contexto, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 8 dez 2022.

ORTEGA, Rosário; DEL REY, Rosário. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Brasília/DF: UNESCO, UCB (Universidade Católica de Brasília) e Observatório de Violências nas Escolas (UCB), 2002.

OMOTE, Sadao. **Estigma no tempo da inclusão**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília-SP, Set.-Dez, 2004.

PRIOTTO, Elis Palma. **Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas**. In: Anais do III Congresso Ibero-americano sobre violência nas escolas. Paraná, Curitiba, 2008. p. 11128-11141.

QUERIDO, Marcus V. **A importância da educação para o enfrentamento e prevenção à criminalidade: uma reflexão sobre políticas públicas**. In: Congresso Internacional Salesiano da Educação, 3, 2017. Anais. Direitos humanos e formação de professores: tensões, desafios e propostas. Ed. Lorena: Faculdade Salesiana de Lorena da UNISAL, 2017.

REDIGOLO, Natalia Carolina Narciso. **Sistema Penitenciário e seus estigmas: o caso paulista**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência - LEVS/UNESP-Marília. Ed.9. ISSN 1983-2192, p. 82-96, maio/ 2012.

RIBEIRO, Darcy. Fala em Conferência, 1982. **#SOMOSTODOSPELAEDUCAÇÃO: POR UM PAÍS COM MAIS ESCOLAS E MENOS PRESÍDIOS**, 2019. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/somostodospelaeducacao-por-um-pais-com-mais-escolas-e-menos-presidios/> . Acesso em 02 fev. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n.º 14.030**, de 26 de junho de 2012. CIPAVE. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1989.

- SILVA, Rafael Queiroz; BANDEIRA, Thiago Francisco Marchetti Nunes. **Violência e criminalidade relacionada à crise educacional do país**. 2018. Disponível em <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1323>. Acesso em 30 de abril de 2023.
- SCHILLING, Flavia; MIYASHIRO, Sandra Galdino. **Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade**. Educação e Pesquisa, V. 34. São Paulo, 2008.
- SPOSITO, Marília Pontes. **Um breve histórico da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, v. 27, n.1 p.87-103, jan/jun, 2002.
- STELLA, Claudia. **O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos**. Revista de Educação Educere. Vol. 4 nº 8 jul./dez. 2009 p. 99-111. Unioeste Campus de Cascavel. ISSN 1809-5208.
- TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação profissional**. 17^o. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- VASCONSELOS, Brenda De. **A (in) eficácia do PROERD como política pública de prevenção às drogas e à violência no município de Capão da Canoa: RS**. Ed. Capão da Canoa: UNISC, 2018.
- WALLON, Henri. **Psicologia e educação na infância**. Lisboa: Estampa, 1975.

Anexo 1

TERMO DE ASSENTIMENTO AOS PARTICIPANTES

Título do projeto: A ESCOLA PÚBLICA E A SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO DE FAMILIARES NA VIDA ESCOLAR DOS ESTUDANTES.

Pesquisadora responsável: Stéphanie Souza de Lima

Pesquisadores participantes: Lucio Jorge Hammes e Stéphanie Souza de Lima

Instituição: Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Telefone celular da pesquisadora para contato: (53) 984331904

E-mail: fany_20lima@hotmail.com

Prezado(a) participante:

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa/intervenção intitulada A ESCOLA PÚBLICA E A SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO DE FAMILIARES NA VIDA ESCOLAR DOS ESTUDANTES. Sabe-se que as crianças que possuem familiares encarcerados sofrem um estigma social, portanto a proposta de trabalho consiste em verificar como e se o encarceramento dos familiares influencia no desempenho escolar, como se dá o relacionamento destas crianças com os professores e com as demais crianças na sala de aula e nos espaços coletivos da escola, e qual a visão dos professores e da direção da escola sobre as crianças pesquisadas.

Você receberá todas as informações que necessárias para seu entendimento, sobre o desenvolvimento da pesquisa. Nenhum participante da pesquisa será identificado. Para o desenvolvimento da pesquisa, solicito sua colaboração no sentido de responder as entrevistas. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Como benefícios da pesquisa, esclareço que sua participação poderá contribuir para o desenvolvimento de novos estudos sobre esta temática. Após elaboração da pesquisa os dados serão publicados nos meios científicos

mantendo seu anonimato. Os resultados estarão à sua disposição, quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão. Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Eu, _____,
fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações. Declaro que concordo em participar deste estudo. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jaguarão, _____ de 2022.

Participante da pesquisa

Stéphanie Souza de Lima

Anexo 2

TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO À ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL DR. FERNANDO CORRÊA RIBAS

UNIPAMPA - Universidade Federal Do Pampa - Campus Jaguarão

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) - Mestrado Profissional

AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Título do projeto: A ESCOLA PÚBLICA E A SUPERAÇÃO DO CICLO DA
VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO DE
FAMILIARES NA VIDA ESCOLAR DOS ESTUDANTES

O Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão, tem como proposta de trabalho uma intervenção. Neste sentido, solicitamos a autorização para a realização do projeto de pesquisa junto à escola, intitulado de A ESCOLA PÚBLICA E A SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO DE FAMILIARES NA VIDA ESCOLAR DOS ESTUDANTES sob responsabilidade da acadêmica Stéphanie Souza de Lima com orientação do professor Dr Lucio Jorge Hammes, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa. Comprometemo-nos a seguir as normas e rotinas da escola, zelar pelo sigilo ético dos depoentes e dados obtidos da pesquisa. Haverá o compromisso de divulgação dos dados obtidos apenas em reuniões e publicações científicas com sigilo e resguardo ético da Instituição.

Jaguarão, ____ de _____ de 2022.

Stéphanie Souza de Lima
Responsável pela Pesquisa

Direção da Escola

Anexo 3

LER ___/___/___

ENTRA ___/___/___

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 --- CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÃO ---
 EM

18 / 09 / 2023

PROCESSO Nº: 166/2023

ORIGEM: Poder Legislativo Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei PL 0011/2023

ASSUNTO: "CRIA A RAE - REDE DE APOIO ÀS ESCOLAS DO MUNICÍPIO
 DE JAGUARÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Autoria: Leandro Bonow

Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 19/09/2023

Parecer da Comissão em ___/___/___

Relatoria: Riunno ou.

Encaminhado à Comissão de Saúde e Educação (CSE) em 19/09/2023

Parecer da Comissão em ___/___/___

Relatoria: Riunno ou.APROVADO EM 21/10/238 VOTOS FAVORÁVEIS— VOTOS CONTRÁRIOS— ABSTENÇÕES— AUSÊNCIAS


Anexo 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO
Gabinete do Prefeito

LEI N.º 7.238, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Cria a RAE - Rede de Apoio às Escolas do Município de Jaguarão e dá outras providências
 Autoria: vereador Leandro Bonow.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 91 da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores de Jaguarão aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a RAE (Rede de Apoio às Escolas) tendo por objetivo principal discutir alternativas para diminuir a evasão, infrequência, abandono escolar, dificuldades de aprendizagem e outros problemas que interfiram na educação e no processo ensino-aprendizagem. Buscando promover estratégias de unificar escola, comunidade e família para que estes problemas sejam erradicados.

Art. 2º A RAE terá articulação com escolas municipais, estaduais e com a sociedade civil, através de órgãos governamentais e não-governamentais.

Parágrafo único: as soluções para a evasão precisam ser articuladas por múltiplos atores da gestão pública e comunidade escolar.

Art. 3º São atividades da RAE:

- I - Realizar visitas domiciliares, buscando as causas ou motivos que ensejaram o afastamento escolar;
- II - Contatar com o aluno que se encontra em processo de infrequência ou evasão escolar.
- III - Buscar alternativas para enfrentar ou superar obstáculos encontrados pela criança ou adolescente ao retorno escolar;
- IV - Promover palestras nas Escolas, reunindo equipes diretivas, professores, alunos e pais/responsáveis, no intuito de conscientizar quanto à necessidade do combate a infrequência e evasão escolar;
- V - Buscar alternativas para enfrentar ou superar obstáculos encontrados pela criança ou adolescente ao retorno escolar;
- VI - identificar situações de vulnerabilidade social;
- VII - combater a violência à criança no âmbito escolar e familiar, promovendo ações de prevenções;

Art. 4º A Rede de Apoio às Escolas será composta pelos seguintes profissionais:

- I - 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação e Desporto;
- II - 01 Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III - 01 Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;
- IV - 01 Representante do Conselho Municipal de Educação;
- V - 01 Representante do Conselho Tutelar;
- VI - 01 Representante do Conselho Municipal de Saúde;
- VII - 01 Representante da Brigada Militar;
- VIII - 01 Representante do CRAS;

Quatros

J

Fl. 1
Bh.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO
Gabinete do Prefeito

IX - 01 Representante do CREAS;
X - 01 representante do Rotary Clube Jaguarão;
XI - 01 representante do Rotary Clube Jaguarão Leste;
XII - 01 representante do Rotary Clube Rosa Histórica;
XIII - 01 representante da Casa da Amizade de Jaguarão;
XVI - 01 representante do Grupo Mão Branca;
XV - 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA;

Parágrafo único: Considerando serem de outra esfera governamental, serão convidados a participarem como colaboradores representantes da Defensoria Pública Estadual, Ministério Público, Judiciário através da Vara da infância e Juventude e UNIPAMPA.

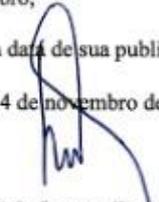
Art. 5º- Fica a Rede de Apoio às Escolas responsável por elaborar seu Regimento de Trabalho, o qual regulamentará suas ações, a escolha do Coordenador, o cronograma e a rotina de atividades.

Art. 6º A composição da Rede de Apoio às Escolas terá vigência de 4 (quatro) anos e deverá ser constituída através de indicação oficiada à Secretaria Municipal de Educação e nomeada por Portaria do Prefeito Municipal.

Art. 7º A substituição dos membros da Rede de Apoio às Escolas dar-se-á mediante justificativa do Coordenador encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, efetivada por meio de Portaria nomeando o novo membro;

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguarão, 14 de novembro de 2023.


Rogério Lemos Cruz
Prefeito Municipal

Procurador

FL 2
[Handwritten mark]

Anexo 5

Foto 1 – Apresentação dos dados da pesquisa ao Vereador e Assessora Jurídica
(05/09/2023)



Foto 2 – Reunião com os Representantes previsto no PL (02/10/2023)



Foto 3 – Aprovação do PL (24/10/2023)



Foto 4 – Lei Sancionada pelo Prefeito (~~47~~14/11/2023)



Foto 5 – Reunião RAE com os Promotores de Justiça e representantes das escolas do município de Jaguarão (24/11/2023)



Foto 6 – Reunião RAE com os Promotores de Justiça e representantes das escolas do município de Jaguarão (24/11/2023)